

Relatório das Atividades da Comissão Externa sobre os Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul

Coordenador: Deputado Marcel van Hattem
Relator: Deputado Federal Pompeo de Mattos

Brasília, 12 de dezembro de 2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Apresentação: 08/12/2025 13:22:44.580 - CEXCIR

REL n.1/2025

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos causados pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul

Ato da Presidência de 28 de novembro de 2023, aditado em 8 e 15 de maio de 2024.

COMPOSIÇÃO

PRESIDÊNCIA	
Coordenador	Relator
Marcel van Hattem (NOVO/RS)	Pompeo de Mattos (PDT/RS)
MEMBROS	
Afonso Hamm (PP/RS)	Heitor Schuch (PSB/RS)
Afonso Motta (PDT/RS)	Lucas Redecker (PSDB/RS)
Alceu Moreira (MDB/RS)	Luiz Carlos Busato (UNIÃO/RS)
Alexandre Lindenmeyer (PT/RS)	Marcelo Moraes (PL/RS)
Any Ortiz (CIDADANIA/RS)	Márcio Biolchi (MDB/RS)
Bibo Nunes (PL/RS)	Marcon (PT/RS)
Bohn Gass (PT/RS)	Maria do Rosário (PT/RS)
Covatti Filho (PP/RS)	Mauricio Marcon (PODE/RS)
Daiana Santos (PCdoB/RS)	Osmar Terra (PL/RS)
Daniel Trzeciak (PSDB/RS)	Pedro Westphalen (PP/RS)
Denise Pessôa (PT/RS)	Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS/RS)
Fernanda Melchionna (PSOL/RS)	Sanderson (PL/RS)



* C D 2 5 7 3 9 0 3 5 0 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Franciane Bayer (REPUBLICANOS/RS)	Zucco (PL/RS)
Giovani Cherini (PL/RS)	

Apresentação: 08/12/2025 13:22:44.580 - CEXCIR\$

REL n.1/2025





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Apresentação: 08/12/2025 13:22:44,580 - CEXCIR

REL n.1/2025

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
Resumo Executivo.....	5
Introdução.....	11
Atividades Realizadas.....	15
Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes.....	17
Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul.....	18
Audiência Pública - Utilização de recursos a fundo perdido destinados aos municípios em estado de calamidade e emergência no Rio Grande do Sul	20
Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024.....	22
Audiência Pública - Técnicas de desassoreamento e dragagem dos rios do Estado do Rio Grande do Sul.....	24
Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas relacionadas ao Agro e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas enchentes de 2023 e 2024.....	26
Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas, aspecto privado empresarial, e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas	





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024.....	29
Audiência Pública - Retomada das atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho localizado em Porto Alegre.....	31
Audiência Pública - Reconstrução da infraestrutura gaúcha no Vale do Taquari e outras regiões atingidas pelas enchentes de 2024.....	33
Audiência Pública - Situação dos municípios gaúchos um ano após as enchentes de 2023/2024.....	35
Audiência Pública - Aeroporto Salgado Filho como eixo da recuperação econômica do RS: Reconectar e reconstruir.....	37
Audiência Pública - Situação da retomada dos aeroportos regionais do Rio Grande do Sul.....	39
Seminário - Desassoreamento dos Rios do Estado. Medidas urgentes e estruturantes necessárias à mitigação de enchentes.....	41
Audiência Pública - Retomada das atividades no Rio Grande do Sul e as enchentes de junho de 2025. Impactos, lições e caminhos para o futuro	43
Seminário - Unidos pela reconstrução do Rio Grande do Sul: Impacto das enchentes e respostas aos danos sofridos.....	45
Seminário - Impacto das enchentes no Rio Grande do Sul: Unidos pela reconstrução.....	46
Seminário - Impacto das enchentes no Rio Grande do Sul: demandas e projetos para reconstrução da região do Vale do Rio Caí.....	49
Estratégias para Prevenção de Enchentes e Desenvolvimento Econômico. .	50
Controle de processos erosivos e recuperação de áreas de preservação permanente.....	50
Identificação de áreas de risco.....	52





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Desassoreamento, dragagem e batimetria.....	54
A importância do novo porto para o Rio Grande do Sul.....	55
Construção de moradias.....	57
Construção e recuperação de diques.....	60
Endividamento dos agricultores: securitização e crédito para o setor produtivo.....	62
Proteção e Defesa Civil.....	63
Considerações para atuação em 2026.....	64
Anexos.....	68
Projetos de Lei apresentados pelos Membros da Comissão e Considerados Prioritários.....	68
Requerimentos Aprovados.....	71
Fontes.....	73





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

APRESENTAÇÃO

Em 28 de novembro de 2023, Ato da Presidência, nos termos do art. 38 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criou Comissão Externa destinada a acompanhar os danos causados pelas enchentes que atingiram mais de 90 municípios no estado do Rio Grande do Sul em setembro de 2023.

Em 8 de maio de 2024, o Ato da Presidência, de 28 de novembro de 2023, foi aditado para ampliar o escopo e atribuir ônus à referida comissão, que passou a ser denominada Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul.

O coordenador comissão é o Deputado Marcel van Hattem e o relator o Deputado Federal Pompeo de Mattos. O relator apresentou plano de trabalho que foi aprovado em 5 de junho de 2024 e direcionou os trabalhos do colegiado, a partir dessa data.

RESUMO EXECUTIVO

A Comissão Externa sobre os Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul atuou, entre o final de 2023 e 2025, como principal espaço da Câmara dos Deputados para ouvir territórios afetados, cobrar coordenação federativa e formular encaminhamentos legislativos e políticos voltados à reconstrução do estado. Seu trabalho combinou uma agenda intensa de audiências públicas, seminários, diligências *in loco* com o processo legislativo (aprovação de requerimentos e proposições), buscando acelerar respostas emergenciais e induzir políticas estruturantes em prevenção, adaptação climática e reconstrução.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Mandato, contexto e plano de trabalho

A Comissão foi criada em novembro de 2023 para acompanhar danos das enchentes que atingiram mais de 90 municípios gaúchos, tendo seu escopo ampliado em maio de 2024 para abarcar também os eventos sem precedentes que abalaram todo o estado naquele ano. Sob coordenação do Deputado Marcel van Hattem e relatoria do Deputado Pompeo de Mattos, o plano de trabalho aprovado em 5 de junho de 2024 estruturou a atuação em três eixos: diagnóstico técnico do desastre, acompanhamento da execução de recursos e programas e formulação de recomendações legislativas e institucionais para prevenção e reconstrução resiliente.

O evento de abril-maio de 2024 constitui o maior desastre hidrometeorológico da história recente do Rio Grande do Sul, com chuvas extremas, resposta hidrológica crítica, cheias recordes que impuseram situação de emergência ou estado de calamidade a 452 municípios, cerca de 2,3 milhões de pessoas afetadas e destruição massiva de moradias e infraestrutura. A Comissão incorpora evidências de órgãos como INMET, INPE, IPH-UFRGS, CEMADEN, SGB/CPRM, ANA, Governo do Estado, IPEA e organismos internacionais, e enfatiza que a tragédia resulta da combinação entre clima extremo e vulnerabilidades estruturais acumuladas, como ocupação em áreas de risco, supressão de vegetação, drenagem deficiente e baixa capacidade de gestão de riscos em grande parte dos municípios.

Atividades realizadas e escopo da atuação

Até a conclusão deste relatório, a Comissão realizou 22 eventos – entre reuniões deliberativas, audiências públicas e seminários –, além de diligências de campo e intensa atividade política em Brasília para tratar da renegociação de dívidas de produtores rurais atingidos, investimentos da União e apoio à população afetada. As atividades cobriram temas como retomada econômica e reconstrução urbana e rural, utilização de recursos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

perdido para atender municípios em calamidade, situação do setores produtivos, desassoreamento e dragagem de rios, reconstrução da infraestrutura viária, crise habitacional pós-enchentes, funcionamento do sistema aeroportuário (Salgado Filho e aeroportos regionais) e lições para eventos subsequentes.

A Comissão estruturou sua agenda em ciclos temáticos: primeiro, a resposta emergencial e a retomada das atividades econômicas nos municípios; em seguida, a discussão de instrumentos financeiros (crédito, securitização de dívidas, compensação de receitas, recursos não reembolsáveis); depois, debates técnicos sobre drenagem urbana, desassoreamento, diques e gestão de bacias; e, por fim, a atenção à conectividade aérea e logística como condição para a recuperação econômica e para a resiliência futura.

Audiências sobre retomada econômica e finanças públicas

Nas primeiras audiências de junho e julho de 2024, a Comissão reuniu federações empresariais, FAMURS, prefeitos, Governo do Estado e representantes federais para debater a retomada das atividades econômicas e a reconstrução municipal. Os expositores relataram queda abrupta de faturamento em cadeia, colapso de arrecadação municipal e estadual, interrupções logísticas, turismo paralisado e forte impacto na agricultura, apontando lentidão na liberação de recursos, dificuldades de acesso ao crédito, insuficiência de medidas tributárias e trabalhistas e ausência de um comando claro de coordenação entre União, Estado e municípios.

Em audiência específica sobre recursos a fundo perdido, prefeitos de diversas regiões apresentaram perdas de arrecadação, destruição de infraestrutura urbana e rural e dificuldades operacionais para acessar verbas disponíveis, enfatizando o descompasso entre o volume anunciado e o efetivamente executado. As propostas consolidadas pela Comissão incluíram: criação e ampliação de linhas de crédito com carência e juros





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

reduzidos, inclusive com componentes não reembolsáveis; modelos de compensação de perdas de ICMS; flexibilização de exigências para empresas negativadas ou fora da mancha de inundação; e maior participação das entidades municipalistas na formulação de programas emergenciais.

Agricultura, endividamento rural e segurança alimentar

A Comissão dedicou audiência específica à retomada das atividades econômicas ligadas ao agro e à reconstrução dos municípios, envolvendo FARSUL, federações de trabalhadores rurais, cooperativas, bancos públicos e privados, órgãos federais e estaduais, universidades e empresas de pesquisa. O diagnóstico evidenciou um setor fragilizado por estiagens sucessivas, ciclones e enchentes, com produtores descapitalizados, estruturas produtivas danificadas e endividamento elevado, especialmente entre pequenos e médios agricultores.

Foram relatadas dificuldades de acesso ao crédito emergencial, limites de renegociação inferiores às perdas, prazos exíguos e discrepância entre números apresentados pelos governos e a realidade do campo, o que poderia inviabilizar o plantio da safra seguinte. A Comissão registrou como encaminhamentos a necessidade de securitização de dívidas em longo prazo, linhas de crédito compatíveis com a capacidade produtiva, retirada de entraves que impedem renegociações, apoio direto à recomposição patrimonial e políticas de manejo de solo e tecnologias de inverno para aumento da resiliência agropecuária.

Infraestrutura hídrica, desassoreamento e prevenção

Uma linha central de atuação da Comissão foi a discussão de medidas estruturantes para mitigação de enchentes, com foco em desassoreamento, dragagem e revisão de sistemas de contenção. Em audiência sobre técnicas de desassoreamento e dragagem, com participação de UFRGS, FARSUL, prefeitos e Secretaria de Meio Ambiente e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Infraestrutura do RS, foram apontadas décadas de falta de manutenção do sistema de proteção contra cheias, assoreamento severo em rios, carência de batimetrias e dificuldades de outorga em áreas com direitos minerários.

O seminário de julho de 2025, na Assembleia Legislativa gaúcha, aprofundou o tema ao mostrar como gargalos no Delta do Jacuí, Lagoa dos Patos e canais estratégicos afetam segurança de navegação, escoamento de cargas e prevenção de enchentes, prejudicando portos como Porto Alegre e Estrela e ampliando riscos em áreas urbanas e rurais. As recomendações da Comissão incluíram a criação de programas permanentes de dragagem e desassoreamento com batimetrias regulares, revisão de normas sobre destinação de sedimentos para permitir seu uso em obras públicas quando tecnicamente adequado, priorização de trechos críticos e integração entre municípios, Estado, União e universidades na gestão das bacias.

Reconstrução da infraestrutura viária e logística

A Comissão promoveu audiência específica sobre a reconstrução da infraestrutura no Vale do Taquari e outras regiões, com participação de Ministério dos Transportes, gestores de rodovias, ANTT, prefeitos e entidades regionais. Os relatos mostraram morosidade na recuperação de moradias, atraso em loteamentos para reassentamento, danos extensos à malha rodoviária e aumento de custos logísticos, com comunidades isoladas e forte pressão sobre a mobilidade em eixos como a BR-386 e a ponte sobre o Rio Taquari.

Concessionários de rodovias e a ANTT detalharam danos estruturais em rodovias e pontes e as soluções emergenciais para manter mínima circulação, ao mesmo tempo em que admitiram a necessidade de monitoramento intensivo e investimentos adicionais antes da liberação plena do tráfego. A Comissão consolidou propostas como construção de nova ponte sobre o Taquari, criação de rotas alternativas permanentes, prioridade a obras críticas para mobilidade e prevenção de desastres,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

melhoria da infraestrutura energética e de comunicação e adoção de sistemas redundantes para evitar isolamento de comunidades em novos eventos extremos.

Habitação, reassentamento e vulnerabilidade social

Nos seminários realizados em Estrela (outubro de 2025) e na Expointer (setembro de 2025), a Comissão concentrou-se no déficit habitacional pós-enchentes, sobretudo no Vale do Taquari. Prefeituras relataram que, embora o programa de Compra Assistida tenha atendido quase parte das famílias com relativa rapidez, as moradias financiadas pelo Governo Federal avançam lentamente, com apenas parte das unidades previstas em construção e a maioria ainda na fase de preparação de convênios.

Foi destacado que a Compra Assistida, embora eficiente para resposta imediata, provocou deslocamento de famílias para outros municípios por falta de oferta de casas nas cidades mais atingidas, afetando vínculos comunitários, redes de apoio e a retomada econômica local. As discussões reforçaram a necessidade de acelerar convênios habitacionais, revisar critérios de atendimento para diferentes perfis de famílias, apoiar os municípios na preparação de áreas de reassentamento e garantir que as políticas habitacionais se articulem com planejamento urbano, prevenção de riscos e restauração de serviços públicos.

Sistema aeroportuário e conectividade aérea

Diante do papel central do transporte aéreo na economia gaúcha, inclusive pela importância do turismo na região serrana, a Comissão dedicou várias audiências ao Aeroporto Salgado Filho e aos aeroportos regionais. Em dezembro de 2024, debateu-se a recuperação do Salgado Filho após o alagamento total da pista e a transferência emergencial de operações para a Base Aérea de Canoas, com forte impacto sobre turismo, negócios e mobilidade da população. A Fraport e autoridades federais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

relataram a liberação de crédito extraordinário de 425,9 milhões de reais para reconstrução emergencial, a retomada parcial da pista em outubro e a operação plena prevista para dezembro, inclusive com retorno de voos internacionais.

Em 2025, novas audiências trataram do Salgado Filho como eixo da recuperação econômica e da retomada dos aeroportos regionais, com dados indicando que a oferta de voos em julho de 2025 alcançou cerca de 90% do nível pré-enchentes, embora com recuperação desigual entre rotas nacionais, regionais e internacionais. A Comissão registrou desafios como fragilidade da infraestrutura de muitos aeródromos, limitação de operações por instrumentos, desgaste da pista de Canoas e saída de operadores regionais, e encaminhou propostas de incentivos ao combustível de aviação, fortalecimento de aeroportos no interior, planejamento integrado da malha aérea, atualização do planejamento setorial até 2026 e campanhas para recuperar a confiança de passageiros e turistas.

Enchentes de 2025 e avaliação um ano depois

As audiências de maio e julho de 2025 permitiram à Comissão avaliar a situação dos municípios um ano após as enchentes de 2023–2024 e discutir os impactos das novas enchentes de junho de 2025. O Governo do Estado apresentou o Plano Rio Grande, com avanços em assistência emergencial, habitação e prevenção (como criação do Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática e do Fundo do Plano Rio Grande - FUNRIGS), enquanto o Governo Federal informou a destinação de cerca de 112 bilhões de reais em diversas frentes, incluindo apoio a famílias, crédito, agricultura, repasses a municípios, obras e habitação.

Entidades produtivas e representantes locais, porém, relataram persistência de famílias em moradias provisórias, empresas endividadas, atrasos na reconstrução e ausência de obras preventivas, além de divergências entre dados estaduais, federais e municipais. A audiência





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

sobre as enchentes de junho de 2025 evidenciou limitações nos sistemas de alerta, monitoramento hidrológico e infraestrutura de defesa civil, e resultou em recomendações para ampliar investimentos em modelagem hidrodinâmica, rede de radares, sistemas de sirenes, capacitação de equipes municipais e clareza nos fluxos de análise e liberação de projetos.

Encaminhamentos legislativos e estratégicos

A Comissão buscou transformar o debate em ações concretas, propondo audiências temáticas, visitas técnicas, requerimentos de informação a ministérios e órgãos federais, seminários regionais e articulações em torno de medidas legislativas, como projetos de lei considerados prioritários e a Proposta de Emenda à Constituição n. 44/2023, que destina parte dos recursos das emendas orçamentárias a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação de desastres. Os requerimentos abordam, entre outros temas, crédito pós-desastre (inclusive microcrédito), flexibilização trabalhista inspirada na experiência da pandemia, infraestrutura aeroportuária, moradia no Vale do Taquari, reconstrução de infraestrutura regional, atuação dos bombeiros e proteção civil, bem como cooperação internacional com países referência em gestão de águas e prevenção de inundações.

A Comissão aponta a necessidade de continuidade de seus trabalhos em 2026, com foco em transformar o aprendizado do desastre em políticas permanentes de adaptação climática, ordenamento territorial e reconstrução resiliente para o Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Entre o final de abril e as primeiras semanas de maio de 2024, o estado do Rio Grande do Sul vivenciou o maior desastre hidrometeorológico de sua história recente. O evento foi caracterizado por uma combinação excepcional de fatores meteorológicos e hidrológicos, resultando em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

precipitações extremas e enchentes de grande escala, com duração prolongada e impactos sociais, econômicos e ambientais sem precedentes. A magnitude das chuvas, a resposta hidrológica das bacias hidrográficas, a extensão dos danos humanos e materiais e a persistência das condições de inundação levaram órgãos federais, estaduais e municipais a reconhecerem o episódio como uma crise climática de caráter histórico, cujas repercussões exigem respostas estruturais de longo prazo.

A compreensão do evento exige revisitar as condições atmosféricas que o originaram. De acordo com análises do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS (IPH-UFRGS) e da Defesa Civil Nacional, o período entre 26 de abril e 5 de maio de 2024 foi marcado pela atuação simultânea de um bloqueio atmosférico persistente sobre o Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, que impediu o avanço das frentes frias e manteve sistemas frontais quasi-estacionários sobre o Sul. A isso se somaram corredores de umidade oriundos da Amazônia, cavados em altos níveis, sucessivas áreas de baixa pressão e ciclones extratropicais. A interação prolongada desses sistemas forçou a ocorrência de precipitações contínuas e volumosas nas regiões serranas e de planalto do Rio Grande do Sul, especialmente nas cabeceiras das bacias hidrográficas responsáveis pela drenagem em direção ao lago Guaíba.

O volume de chuva registrado em maio de 2024 superou marcas históricas em dezenas de municípios. Cidades da Serra e do Planalto acumularam entre 500 e 700 mm apenas entre 27 de abril e 2 de maio, e novos acumulados de 300 a 400 mm ocorreram entre 3 e 5 de maio. Até 13 de maio, foram registrados 707,2 mm em Caxias





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

do Sul, 635,4 mm em Soledade, 634,8 mm em Serafina Corrêa, 630,8 mm em Bento Gonçalves, 604,4 mm em Canela, 552,8 mm em Cambará do Sul e 492,1 mm em Santa Maria, segundo boletins extraordinários da Secretaria da Agricultura do RS (COPAAERGS). Em Porto Alegre, a precipitação acumulada de maio atingiu 564,8 mm, o maior valor mensal desde o início das medições sistemáticas em 1916. Essa combinação de chuva persistente e concentrada resultou no aporte de mais de 14 trilhões de litros de água ao sistema Guaíba-Lagoa dos Patos, de acordo com o IPH-UFRGS.

A resposta hidrológica das bacias afetadas mostrou-se igualmente excepcional. A Bacia Hidrográfica do Guaíba, que cobre cerca de 30% do território gaúcho e integra as bacias dos rios Caí, Taquari-Antas, Jacuí, Sinos, Gravataí, Pardo e Vacacaí, atua como um sistema de drenagem em funil, no qual grandes volumes de água fluem em direção ao Guaíba, cuja descarga final depende de um canal estreito que liga a Lagoa dos Patos ao oceano. A limitação física dessa descarga, aliada aos ventos e à maré meteorológica, contribuiu para a elevação prolongada do nível do Guaíba. Em 5 de maio, o lago atingiu a maior marca já registrada desde 1941. Leituras operacionais no Cais Mauá indicaram 5,35 m, enquanto o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), após nivelamento direto de marcas de cheia, fixou o valor oficial de 5,13 m no Cais Central — referência atualmente adotada para comparações históricas e para projetos de reconstrução. O nível permaneceu acima da cota de inundação por quase um mês, entre 2 de maio e 1º de junho. No Vale do Taquari, a cidade de Lajeado registrou 33,67 m em 2 de maio, superando em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

mais de quatro metros a enchente de setembro de 2023, segundo notas técnicas oficiais do SGB.

Os impactos humanos do desastre foram profundos e amplamente distribuídos. De acordo com balanços consolidados da Defesa Civil do Rio Grande do Sul e sínteses técnicas do INMET e Governo do Estado, cerca de 2,3 milhões de pessoas foram afetadas. As enchentes causaram 184 mortes e deixaram aproximadamente 25 pessoas desaparecidas, considerando os dados atualizados após identificações por DNA e cruzamentos cadastrais ao longo de 2024 e 2025. No pico da crise, mais de 630 mil pessoas foram forçadas a deixar suas casas, com cerca de 81.200 abrigadas em estruturas temporárias e centenas de milhares desalojadas, dependentes de redes familiares ou do poder público para reassentamento imediato. As interrupções de serviços essenciais foram de grande escala: mais de 400 mil unidades ficaram sem energia elétrica, mais de um milhão de pessoas ficaram sem água potável e 186 municípios relataram perda parcial ou total de telefonia e internet.

Do ponto de vista geomorfológico, o desastre incluiu o maior episódio de movimentos de massa já registrado no Brasil. Entre 30 de abril e 6 de maio, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) identificou 15.087 deslizamentos em 130 municípios, incluindo cicatrizes com mais de dois quilômetros de extensão e estimativa de aproximadamente 10 milhões de toneladas de sedimentos movimentados. Cerca de 35% a 40% desse volume alcançou calhas de rios, contribuindo para assoreamento e aumentando a vulnerabilidade hidrológica subsequente.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

A destruição estrutural foi igualmente severa. Mais de 104 mil moradias sofreram danos e cerca de 9.300 foram completamente destruídas, segundo dados preliminares consolidados pelo Estado. Rodovias federais e estaduais registraram mais de 160 pontos de interdição total ou parcial durante o ápice da inundação. O impacto econômico estimado por órgãos como o Governo Federal, o Governo Estadual, a ANA, o IBGE e o BID/CEPAL ultrapassou dezenas de bilhões de reais, afetando agricultura, indústria, comércio, logística e serviços públicos.

As causas profundas do desastre não podem ser atribuídas apenas aos fatores meteorológicos. Estudos de universidades gaúchas, do Observatório das Metr poles, da ANA e de pesquisas do IPH-UFRGS e de instituições federais apontam vulnerabilidades estruturais acumuladas ao longo de décadas: ocupação irregular de margens de rios, impermeabilização do solo urbano, supressão de vegetação nativa, drenagem deficiente, descontinuidade de políticas de proteção contra enchentes, falhas de governança territorial e desigualdades socioespaciais que empurraram populações de baixa renda para áreas inundáveis e de risco geo-hidrológico. Municípios pequenos, segundo levantamentos da Pesquisa MUNIC e análises do IPEA, apresentam baixíssimo nível de preparação para riscos hidrológicos: menos de 20% possuem planos diretores com dispositivos de prevenção a inundações e menos de 11% possuem planos de redução de riscos.

Assim, as enchentes de abril-maio de 2024 no Rio Grande do Sul não representam apenas um evento climático extremo, mas sim um marco na história recente dos desastres naturais do Brasil. A





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

combinação entre volumes de chuva inéditos, resposta hidrológica crítica, vulnerabilidades territoriais acumuladas e impactos humanos massivos coloca esse evento como referência obrigatória na discussão de adaptação climática, ordenamento territorial, reconstrução resiliente e gestão integrada de bacias hidrográficas. Este relatório, elaborado para subsidiar a Comissão Externa sobre os Danos Causados pelas Enchentes no Estado do Rio Grande do Sul, busca apresentar, de forma rigorosa e fundamentada, os aspectos técnicos, hidrológicos, sociais e estruturais relacionados ao desastre, oferecendo elementos científicos e institucionais essenciais para o planejamento das ações de enfrentamento, mitigação e prevenção de novos episódios semelhantes.

ATIVIDADES REALIZADAS

Com o objetivo de colher as informações necessárias para ajudar o Rio Grande do Sul, a Comissão realizou, até o momento, 22 eventos (Tabela 1) e aprovou 24 requerimentos. Também foi realizada uma reunião conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para tratar da renegociação das dívidas dos produtores gaúchos em razão das enchentes.

Além disso, Deputados membros da Comissão também realizaram diligências na região para avaliar a situação do estado e da população atingida pelas enchentes, em especial após os eventos de 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Tabela 1. Lista das reuniões deliberativas, audiências públicas e seminários realizados pela Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul.

Data	Tema	Local
09/04/2024 14h30	Votação de requerimentos	Anexo II, Plenário 03
14/05/2024 10h00	Avaliação de projetos sobre enchentes no Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 08
05/06/2024 14h30	Plano de trabalho e debate sobre propostas legislativas apresentadas	Anexo II, Plenário 13
12/06/2024 10h00	Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios	Sala de Reuniões do Colégio de Líderes
12/06/2024 14h30	Retomada das atividades econômicas e reconstrução do Rio Grande do Sul	Sala de Reuniões do Colégio de Líderes
19/06/2024 16h00	Discussão e votação de propostas legislativas	Anexo II, Plenário 15
03/07/2024 09h30	Utilização de recursos a fundo perdido para o Rio Grande do Sul	Auditório Nereu Ramos
09/07/2024 14h30	Retomada das atividades econômicas e reconstrução do Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 02
10/07/2024 09h30	Desassoreamento e dragagem dos rios do estado do Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 08
13/08/2024 11h00	Retomada da atividade econômica e reconstrução dos municípios gaúchos	Anexo II, Plenário 01
27/08/2024 10h00	Retomada econômica e aspecto privado empresarial do Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 08
30/10/2024 14h00	Votação de requerimento	Anexo II, Plenário 15
04/12/2024 14h30	Retomada das atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho	Anexo II, Plenário 13
11/12/2024 14h30	Reconstrução da infraestrutura no Vale do Taquari e outras regiões	Anexo II, Plenário 13
07/05/2025 13h00	Situação dos municípios gaúchos um ano após as enchentes de 2023/2024	Anexo II, Plenário 16
11/06/2025 16h00	Aeroporto Salgado Filho como eixo da recuperação do Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 06





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Data	Tema	Local
08/07/2025 14h00	Situação da retomada dos aeroportos regionais do Rio Grande do Sul	Anexo II, Plenário 09
14/07/2025 10h00	Desassoreamento dos Rios do Estado: medidas urgentes e estruturantes	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
15/07/2025 14h00	Retomada das atividades no Rio Grande do Sul e as enchentes de 2025	Anexo II, Plenário 09
05/09/2025 14h00	Unidos pela reconstrução do Rio Grande do Sul: impactos e respostas	Casa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na Expointer
17/10/2025 09h00	Impacto das enchentes no Rio Grande do Sul: unidos pela reconstrução	Plenário Bento Rosa, Câmara de Vereadores de Estrela/RS
14/11/2025 09h00	Impacto das enchentes: reconstrução da região do Vale do Rio Cai	Câmara Municipal de Montenegro/RS

Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes

Local e data:

Sala de Reuniões do Colégio de Líderes, 12/06/2024 às 10h

Participantes:

- Marcelo Arruda, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)
- Douglas Winter, Vice-Presidente da Federasul para Micro e Pequenas Empresas
- Gedeão Silveira Pereira, Presidente da FARSUL
- Domingos Velho Lopes, Vice-Presidente da FARSUL





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Luiz Carlos Bohn, Presidente da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Rio Grande do Sul (FECOMÉRCIO)

Resumo

A audiência pública tratou da grave crise provocada pelas enchentes de 2023 e 2024 no Rio Grande do Sul e destacou que o Estado vive uma situação de catástrofe com impactos simultâneos sobre infraestrutura, atividades econômicas, arrecadação municipal e estadual, agricultura, comércio e serviços. Representantes das federações empresariais e parlamentares relataram que as perdas vão muito além das áreas alagadas, afetando cadeias produtivas e regiões inteiras que tiveram queda abrupta de faturamento, paralisação do turismo, interrupção de rotas e dificuldades de transporte e abastecimento. Também foi apontado o atraso na aplicação de medidas emergenciais e a insuficiência das ações já adotadas, especialmente na área tributária, trabalhista, de crédito e na recomposição de serviços públicos essenciais. A situação do Aeroporto Salgado Filho foi tratada como um gargalo central, pois sua interdição tem ampliado prejuízos econômicos e logísticos.

Os participantes enfatizaram como principais problemas a lentidão na liberação de recursos, a falta de regulamentações trabalhistas urgentes, a escassez de linhas de crédito adequadas, a inexistência de um mecanismo claro para coordenação das ações entre Governo Federal, Governo Estadual e Municípios, a falta de programas habitacionais ágeis, o risco de colapso das contas municipais pela queda de arrecadação e o impacto severo sobre a agricultura, que já vinha fragilizada por estiagens anteriores. Relatos de prefeitos mostraram que municípios enfrentam dificuldades para recuperar moradias, estradas vicinais, pontes, prédios públicos e redes de atendimento, além da pressão crescente da população por respostas rápidas. No setor rural, foi alertado que milhares de propriedades foram





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

afetadas e que a recomposição do solo e a retomada produtiva exigirão suporte amplo, com efeitos a longo prazo.

Entre as soluções propostas, destacou-se a necessidade de ações céleres e estruturantes, como prorrogação ampla de tributos, criação de linhas de crédito com carência e juros reduzidos, inclusive com recursos a fundo perdido, e a adoção de um modelo de compensação mensal das perdas de ICMS para Estados e Municípios. Também foram defendidos programas habitacionais acelerados e que contemplem famílias de renda média, apoio imediato para reconstrução de estradas e infraestrutura municipal, auxílio emergencial ao setor agrícola com securitização de dívidas e prazos ampliados, além de medidas trabalhistas semelhantes às adotadas durante a pandemia. Parlamentares e lideranças reforçaram a urgência de estabelecer um comando claro de coordenação e de envolver todos os entes federativos de maneira integrada, garantindo respostas rápidas, consistentes e proporcionais ao nível da tragédia.

Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul

Local e data:

Sala de Reuniões do Colégio de Líderes, 12/06/2024 às 14h30

Participantes:

- Santiago Soares Dias de Castro, Coronel Subchefe da Casa Militar – Proteção e Defesa Civil do Estado do Rio Grande do Sul
- Antonio Simões Junior, Representante da Secretaria da Reconstrução Gaúcha
- Ricardo Gomes, Vice-Prefeito de Porto Alegre
- Mateus Trojan, Prefeito de Muçum





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Resumo:

A audiência discutiu a situação emergencial do Rio Grande do Sul após a maior catástrofe climática da história do Estado, com 478 municípios atingidos, colapso de rodovias, interrupções de comunicação e mais de 2,4 milhões de pessoas afetadas. A Defesa Civil relatou dificuldades operacionais graves na fase inicial, quando o socorro terrestre se tornou inviável diante de quase 400 bloqueios simultâneos, ao mesmo tempo em que mais de 80 mil pessoas estavam desabrigadas. Foram apresentados dados sobre recursos já liberados para resposta, restabelecimento e reconstrução, bem como as limitações dos municípios diante das perdas financeiras e da repetição de eventos extremos. Também foram relatados entraves burocráticos que retardaram obras fundamentais, como pontes, moradias destruídas e infraestrutura básica.

Representantes da Secretaria da Reconstrução Gaúcha explicaram que a pasta, criada recentemente, atua para integrar esforços entre equipes técnicas, consultorias e secretarias finalísticas, com foco em acelerar diagnósticos, contratações, projetos e execuções. Relataram ações em andamento, como a normalização de rodovias concedidas, o avanço na estruturação do Fundo de Reconstrução e a coordenação com o Ministério da Integração e a Controladoria-Geral da União. Também foram destacadas dificuldades enfrentadas por municípios pequenos, que dependem de desapropriações, terraplanagem e obras preparatórias antes da construção de moradias. Porto Alegre relatou perdas expressivas de arrecadação e impactos profundos no setor produtivo, com 22% dos CNPJs alagados, 40% dos empregos formais comprometidos e a necessidade urgente de solução para o Aeroporto Salgado Filho.

As propostas apresentadas incluíram acelerar os processos de reconstrução, fortalecer a coordenação entre municípios, Estado, União e órgãos de controle, além de flexibilizar procedimentos administrativos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

diante da situação excepcional. Foram defendidas medidas como celeridade na liberação de recursos, aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, revisão dos modelos de execução de obras, recomposição das perdas de arrecadação, ampliação das linhas de crédito com juros menores, apoio direto ao setor produtivo e soluções emergenciais para a mobilidade aérea. Também foram discutidas revisões estruturais no sistema de proteção de Porto Alegre, incluindo atualização das casas de bombas, análise dos diques e debate sobre desassoreamento dos rios. A audiência concluiu que a reconstrução depende de respostas rápidas, integração institucional e preparação contínua para eventos climáticos extremos.

Audiência Pública - Utilização de recursos a fundo perdido destinados aos municípios em estado de calamidade e emergência no Rio Grande do Sul

Local e data:

Auditório Nereu Ramos, 03/07/2024 às 09h30

Participantes:

- Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios
- Marcelo Arruda, Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)
- Adolfo Brito, Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Eduardo Leite, Governador do Rio Grande do Sul
- Marcelo Soares, Prefeito de Guaíba
- Gustavo Zanata, Prefeito de Montenegro
- Luís Henrique Kittel, Prefeito de Agudo
- Jocimar Valer, Prefeito de Coqueiro Baixo





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Volmir Rodrigues, Prefeito de Sapucaia do Sul
- Júlio Campani, Prefeito de São Sebastião do Caí
- Irene Orth, Senador
- João Marcos, Prefeito de Maquiné
- Sandra Backes, Prefeita de Sinimbu
- Edmilson Busatto, Prefeito de Bom Retiro do Sul e Presidente da AMVAT
- Luciano Orsi, Prefeito de Campo Bom
- Guilherme Pasin, Deputado Estadual do Rio Grande do Sul
- José Dutra, Prefeito de Vossoroca
- Mateus Trojan, Prefeito de Muçum
- Paulo Kohlrausch, Prefeito de Santa Clara do Sul
- André Brito, Prefeito de Taquari
- José Roberto, Prefeito de São Miguel das Missões
- Rudinei Harter, Prefeito de São Lourenço do Sul
- Gilson dos Santos, Prefeito de Não-Me-Toque
- Paulo César Kipper de Almeida, Prefeito de Cerro Largo

Resumo:

A audiência pública tratou da utilização de recursos a fundo perdido destinados aos municípios do Rio Grande do Sul em situação de calamidade e emergência após as enchentes de 2023 e 2024. A reunião iniciou com a apresentação dos objetivos da Comissão Externa, que buscava respostas rápidas e adequadas diante do cenário crítico enfrentado pelos municípios gaúchos. As falas iniciais destacaram a gravidade da situação, a necessidade de organização e ação imediata e o propósito de utilizar o espaço para que prefeitos expusessem suas demandas de forma direta,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

considerando a dificuldade de deslocamento e os desafios cotidianos impostos pela destruição causada pelas enchentes. Foi reforçado que a reunião foi planejada presencialmente para garantir que as demandas municipais fossem devidamente registradas.

Diversos problemas foram apresentados pelos gestores municipais, como a perda de arrecadação, a destruição de infraestrutura urbana e rural, a urgência de recursos para recomposição de serviços essenciais e a insuficiência de respostas do Governo Federal, cuja ausência na audiência foi lamentada publicamente. Os prefeitos relataram dificuldades em acessar recursos, desafios logísticos para retomada das atividades locais e a desproporção entre o tamanho dos prejuízos e o volume de ajuda disponibilizada até aquele momento. Também foram citados os impactos sociais e econômicos prolongados, que exigiam medidas consistentes, articuladas e contínuas para uma reconstrução efetiva.

Entre as soluções defendidas, destacaram-se a necessidade de maior pressão institucional sobre o Governo Federal, a busca por audiência com o Presidente da República, a liberação urgente de recursos a fundo perdido, a revisão dos critérios de distribuição de verbas e a adoção de modelos mais ágeis de transferência financeira. Também houve defesa por maior participação de entidades representativas, como a Confederação Nacional de Municípios e a FAMURS, na construção de políticas emergenciais. Os prefeitos solicitaram celeridade em todas as esferas, reafirmando que a recuperação dependia da articulação entre municípios, estado e União. A reunião foi encerrada com agradecimentos e reforço da importância do tema e da continuidade das ações da Comissão.

Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024

Local e data:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Anexo II, Plenário 02, 09/07/2024 às 14h30

Participantes:

- Gabriel Souza, Vice-Governador do Estado do Rio Grande do Sul
- Suzane Vellinho Englert, Presidente da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA)
- Luiz Daniel Willcox, Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- João Paulo Ferreira Machado, Representante do Ministério do Trabalho e Emprego
- Arcione Piva, Presidente do Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre (Sindilojas Porto Alegre)
- Gedeão Pereira, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)
- Irio Piva, Presidente do Clube de Diretores Lojistas de Porto Alegre (CDL)
- Adayse Bossolani da Guarda, Coordenadora Geral de Gestão Participativa do Ministério da Pesca e Aquicultura
- Rodrigo Lorenzoni, Deputado Estadual
- Felipe Camozzato, Deputado Estadual
- Ricardo Gomes, Vice-Prefeito de Porto Alegre
- Sandro Herrmann, Prefeito de Colinas
- Comandante Nádia, Vereadora de Porto Alegre
- Fernanda Barth, Vereadora de Porto Alegre
- Ramiro Rosário, Vereador de Porto Alegre
- Tiago Albrecht, Vereador de Porto Alegre
- Mano, Vereador de Cachoeirinha





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Resumo:

A audiência tratou da situação crítica enfrentada pelo Rio Grande do Sul após as enchentes de 2023 e 2024, destacando a continuidade da destruição, a perda de infraestrutura pública e privada e a necessidade urgente de respostas federais efetivas. Diversos participantes enfatizaram que, mesmo meses após o início da calamidade, não houve recomposição adequada das receitas estaduais e municipais, tampouco liberação de recursos federais compatíveis com a magnitude dos danos. Os problemas apresentados incluíram a queda expressiva na arrecadação dos municípios e do Estado, prejuízos ao setor produtivo em todas as cadeias econômicas, destruição de lavouras e perda de genética animal, paralisação de atividades industriais e comerciais, dificuldades extremas de mobilidade aérea devido à situação do Aeroporto Salgado Filho e limitações severas de acesso a crédito, especialmente para empresas negativadas ou localizadas fora da mancha de inundação, mas ainda impactadas economicamente.

Também foram destacadas críticas às medidas anunciadas pelo Governo Federal, consideradas insuficientes ou restritivas pelos representantes estaduais e do setor produtivo. Entre os pontos apontados estavam a limitação das linhas de crédito do BNDES, a exigência de que empresas estejam na área diretamente inundada para acessar capital de giro, a insuficiência do auxílio emergencial trabalhista de dois meses e a demora geral na execução prática dos programas divulgados. Representantes municipais relataram perdas orçamentárias elevadas que comprometiam serviços essenciais, afirmando que, sem apoio federal, não haveria capacidade de manutenção de folha, obras ou limpeza urbana, e que a retomada econômica dependia diretamente da reativação das atividades privadas. O setor pesqueiro apresentou dados sobre milhares de pescadores afetados, perdas de embarcações, petrechos e estruturas comunitárias, além de riscos de longo prazo na reposição de estoques e na cadeia produtiva do pescado.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Como caminhos para enfrentamento da crise, os participantes defenderam a liberação urgente de recursos federais não reembolsáveis para reconstrução, a ampliação das linhas de crédito com flexibilização das certidões necessárias, o aumento do volume destinado a capital de giro, a inclusão de empresas fora da mancha de inundação nas linhas emergenciais e a adoção de medidas robustas de recomposição de receitas para Estado e municípios. Também houve defesa de investimentos imediatos no sistema aeroportuário, inclusive na reativação do Salgado Filho e expansão de operações em aeroportos regionais. O setor pesqueiro propôs ações combinadas de curto, médio e longo prazo, envolvendo auxílio emergencial, compra e reposição de embarcações e equipamentos, melhoria de infraestrutura das colônias, assistência técnica, monitoramento ambiental e projetos estruturais para garantir a sustentabilidade da atividade. A audiência concluiu que a recuperação do Estado depende de respostas rápidas, coordenação entre os entes federativos e liberação célere de recursos compatíveis com a dimensão da tragédia.

Audiência Pública - Técnicas de desassoreamento e dragagem dos rios do Estado do Rio Grande do Sul

Local e data:

Anexo II, Plenário 08, 10/07/2024 às 09h30

Participantes:

- Carlos André Bulhões, Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Nestor Hein, Advogado, representante da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)
- Volmir Rodrigues, Prefeito de Sapucaia do Sul
- Marjorie Kauffmann, Secretária do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Fernanda Barth, Vereadora eleita por Porto Alegre
- Nádia Rodrigues Gerhard, Vereadora eleita por Porto Alegre
- Marco Aurélio Nedel, Prefeito de Crissiumal

Resumo:

A audiência discutiu a necessidade urgente de desassoreamento e dragagem dos rios do Rio Grande do Sul diante da gravidade das enchentes recentes. Os participantes relataram que o Estado acumula décadas de falta de manutenção adequada de seus cursos d'água, o que agravou o impacto das cheias ao longo de 2023 e 2024. Foram descritos problemas como assoreamento severo em rios litorâneos, lentidão nos processos de licenciamento ambiental, atraso no zoneamento do Guaíba, acúmulo de lama e sedimentos em canais urbanos e dificuldade de obtenção de outorgas para dragagem. Também foi informado que 471 dos 497 municípios foram afetados, com sistemas de drenagem urbanos obstruídos, resultando em alagamentos mesmo em chuvas não excepcionais.

Representantes do Governo do Estado explicaram que há dois eixos principais de atuação. O primeiro se refere a pequenos recursos hídricos municipais, que carecem de recursos financeiros para execução das dragagens. O segundo envolve grandes rios, para os quais são necessárias batimetrias detalhadas, financiadas em parte por verba federal de 18 milhões de reais destinada a essas medições. Foi relatado que o Estado solicitou ampliação da batimetria para mais bacias e que intervenções em trechos com direitos minerários dependem de autorização da Agência Nacional de Mineração. Também foi destacado que planos de proteção e sistemas de contenção existentes colapsaram diante dos eventos extremos, evidenciando a necessidade de revisão e reforço dessas estruturas.

As soluções apresentadas ao longo da audiência envolveram ações coordenadas entre municípios, governo estadual e federal, universidades e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

órgãos técnicos. Entre as propostas estavam a execução acelerada de batimetrias, criação de programas de repasse de recursos para dragagens municipais, revisão dos planos de drenagem urbana, fortalecimento da fiscalização sobre manutenção de canais e galerias pluviais, revisão expedita dos sistemas de proteção e investimentos estruturais amplos. Também foram citadas sugestões como desburocratização temporária para outorgas de dragagem, estudo de viabilidade para abertura de novos canais que aumentem a vazão da Lagoa dos Patos e maior participação dos órgãos federais responsáveis, conforme prevê a Constituição. A audiência encerrou com o entendimento de que, embora a dragagem não resolva totalmente os problemas, ela é fundamental para reduzir impactos e evitar a repetição de tragédias semelhantes.

Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas relacionadas ao Agro e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas enchentes de 2023 e 2024

Local e data:

Anexo II, Plenário 01, 13/08/2024 às 11h

Participantes:

Organizações privadas:

- Gedeão Pereira, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL)
- Carlos Joel da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
- Maria Helena Saafeld, Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RS)
- Luis Fernando Fucks, Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (APROSOJA)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)
- Tarcísio Minetto, Gerente de Relações Institucionais e Sindicais, Presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS)
- Allan André Tormen, Coordenador do Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Rio Grande do Sul (CONSELEITE-RS)
- Paulo Pires, Presidente da FECOAGRO-RS
- Representante da SOS Agro

Representantes do Governo Federal e do Rio Grande do Sul:

- Representante do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento)
- Representante do Ministério da Fazenda
- Representante da Secretaria para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul
- Representante da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul
- Representante do Governo do Rio Grande do Sul
- Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
- Deputados estaduais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul

Representantes do Setor privado:

- João Rabelo, Banco do Brasil, Gerência de Agronegócios
- Robson Santos, Superintendente da Unidade de Agronegócios do Banrisul





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Ranolfo Vieira Junior, Presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Inácio Cattani, Presidente do Sicredi

Especialistas:

- José Fernandes Barbosa Neto, Chefe do Departamento de Plantas e Lavouras da UFRGS
- Caio Fábio Stoffel, Diretor do Departamento de Diagnóstico e Pesquisa Agropecuária da UFRGS
- Jorge Lemainski, Chefe Geral da EMBRAPA Trigo
- Fernando Lopes, Presidente da FEPAGRO

Resumo:

A audiência tratou da grave situação enfrentada pelo setor agropecuário do Rio Grande do Sul após três anos consecutivos de estiagens, ciclones, perdas severas de safra e, posteriormente, as enchentes de 2023 e 2024. Representantes do setor relataram que grande parte dos produtores estava descapitalizada, com prejuízos acumulados, estruturas produtivas danificadas e dificuldade crescente para honrar compromissos financeiros. Houve críticas à medida provisória e ao decreto regulamentador publicados pelo Governo Federal, considerados insuficientes diante da dimensão das perdas, além de relatos sobre entraves burocráticos e falta de apoio efetivo para pequenos e médios produtores. Também foram mencionados municípios com prejuízos estruturais expressivos, além de famílias que ainda não tinham condições de retomar plenamente suas atividades.

Os participantes relataram dificuldades significativas no acesso ao crédito, citando limites de renegociação inferiores ao necessário, prazos curtos, risco de inadimplência generalizada e falta de recursos para aquisição de insumos. Muitos produtores já vinham de renegociações





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

anteriores por perdas sucessivas, o que inviabilizava o início da nova safra sem medidas financeiras mais robustas. Também houve questionamentos sobre a ausência inicial de representantes do Governo Federal na audiência e críticas à lentidão na liberação de recursos anunciados. O setor produtivo destacou ainda o distanciamento entre números apresentados pelos governos e a realidade do campo, especialmente no caso de pequenos agricultores.

As propostas convergiram para a necessidade de ações emergenciais e estruturantes que incluíssem renegociação das dívidas com prazos longos e carência ampliada, retirada imediata de restrições que impediam o acesso ao crédito, criação de linhas com juros compatíveis com a capacidade produtiva e apoio direto para recomposição patrimonial. Foram defendidas também políticas sustentáveis de longo prazo, como manejo adequado do solo, ampliação de tecnologias de inverno e fortalecimento do trabalho integrado entre entidades, governo e Parlamento para monitorar a aplicação das medidas. Os participantes concluíram que, sem providências imediatas e efetivas, parte significativa dos produtores não teria condições de iniciar a próxima safra, colocando em risco a produção agrícola do Estado e a segurança alimentar nacional.

Audiência Pública - Retomada das atividades econômicas, aspecto privado empresarial, e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024

Local e data:

Anexo II, Plenário 08, 27/08/2024 às 10h

Participantes:

- Ricardo Lins Portella Nunes, Coordenador do Conselho de Infraestrutura da FIERGS
- Lucas Schifino, FECOMÉRCIO-RS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Douglas Winter Ciechowicz, FEDERASUL
- AGAS, Associação Gaúcha de Supermercados
- Fernanda Dall'Agnol, Analista de Políticas Públicas do SEBRAE-RS
- ABIMAQ-RS, Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – RS
- FARSUL, Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
- Vinicius da Silva Garcia, Instituto RSNasce
- VISÃO, Agência de Desenvolvimento da Região das Hortênsias
- Irio Piva, CDL Porto Alegre
- Maria Fernanda Tartoni, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL)
- Suzana Velhinho Englert, Associação Comercial de Porto Alegre
- Arcione Piva, SINDILOJAS
- Aline Colombo, ACIR Restinga
- Alexandre Graziadio, Presidente do Conselho Consultivo da AGEPEPES
- Henri Chazan, SINDIHOSPA
- Leonardo Schreiner, SINDIATACADISTAS
- Rafael Padoim, SECOVI RS e AGADEMI
- Letícia Mello, SINDEEDIN RS
- Paulo Geremia, SINDHA
- BRDE, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Banrisul
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Ministério da Fazenda
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Paulo Pimenta, Ministro da Secretaria Extraordinária da Reconstrução do Rio Grande do Sul
- Deputados Estaduais do Rio Grande do Sul
- Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RS
- Secretaria da Fazenda do RS
- Secretaria da Reconstrução Gaúcha
- Comandante Nádia, Vereadora de Porto Alegre
- Fernanda Barth, Vereadora de Porto Alegre

Resumo:

A audiência discutiu a situação econômica do Rio Grande do Sul após as enchentes de setembro de 2023 e 2024, com foco nos impactos enfrentados por empresas, trabalhadores e municípios. Representantes da indústria, comércio, serviços e agricultura relataram que muitas atividades permaneciam abaixo da capacidade, com queda de faturamento, endividamento crescente e fechamento parcial ou total de empresas. Entre os problemas citados estavam a morosidade na liberação de recursos anunciados, dificuldade de acesso ao crédito, discrepância entre valores divulgados e valores efetivamente recebidos, lentidão na execução de obras de reconstrução, prejuízos estruturais significativos e falta de previsibilidade para retomada das operações. Também foram expostos relatos de municípios que ainda tinham famílias desalojadas, áreas produtivas devastadas e infraestrutura urbana e viária comprometida.

As entidades empresariais enfatizaram que o setor privado arcou com grande parte dos custos emergenciais, mas que políticas públicas estavam aquém do necessário para a magnitude dos danos. Foi relatado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

que linhas de crédito existentes eram insuficientes diante das perdas registradas e da baixa capacidade das empresas de assumir novas dívidas. Foram solicitados ajustes nos critérios para acesso ao crédito, revisão de exigências burocráticas, ampliação dos programas destinados às micro e pequenas empresas e esclarecimento sobre a execução dos recursos anunciados pelos governos. Também se destacou que a lentidão na reconstrução gerava impactos sobre cadeias produtivas, mão de obra, circulação de turistas, abastecimento e funcionamento dos setores de consumo.

As propostas apresentadas convergiram para a necessidade de ações rápidas, integradas e transparentes, incluindo ampliação do crédito subsidiado, programas de reestruturação de dívidas, incentivos fiscais temporários, aceleração das obras de reconstrução urbana e rural, simplificação de processos e garantia de previsibilidade para o setor produtivo. Representantes locais defenderam a presença contínua da Comissão Externa nos territórios e a fiscalização direta da aplicação dos recursos, além de planejamento de longo prazo para fortalecer a resiliência dos municípios diante de eventos climáticos extremos. Houve consenso de que a retomada econômica somente avançará com decisões mais céleres, coordenação efetiva entre os entes federativos e apoio concreto às empresas, trabalhadores e comunidades afetadas.

Audiência Pública - Retomada das atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho localizado em Porto Alegre

Local e data:

Anexo II, Plenário 13, 04/12/2024 às 14h30

Participantes:

- Tomé Barros Monteiro da Franca, Secretário Nacional de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Representante da Casa Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- Giovano Palma, Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da ANAC e representante do Departamento Aeroportuário do Governo do Estado do Rio Grande do Sul
- Edgar Nogueira, Vice-Presidente de Operações da Fraport Brasil
- Fernando Mattia, Gerente de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas
- Eduardo Macedo, Chefe de Relações Institucionais da LATAM
- Mateus Motta, Gerente de Infraestrutura da Gol Linhas Aéreas
- Cesar Luiz Salazar Saut, Conselheiro da Câmara Americana de Comércio (AMCHAM)
- Representante da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO)
- Thiago Romanelli Rodrigues, Comandante da Base Aérea de Canoas
- Diogo Bier, Coordenador do Conselho de Articulação Parlamentar da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS)
- Raul de Souza, Diretor de Segurança e Operação da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR)

Resumo:

A audiência abordou a situação do Aeroporto Internacional Salgado Filho após as enchentes que paralisaram completamente sua operação em maio de 2024. Os participantes relataram os desafios enfrentados desde o alagamento total da pista, que tornou o terminal inoperante e exigiu a transferência emergencial das operações para a Base Aérea de Canoas. Essa mudança provocou impactos severos no transporte, no turismo e na economia do Rio Grande do Sul, além de reduzir opções de deslocamento para moradores, autoridades e empresas aéreas. Durante o período de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

paralisação, também houve redução de equipes, necessidade de readequação interna de funções e sobrecarga no sistema aeroportuário regional. Representantes do Ministério de Portos e Aeroportos e da ANAC explicaram que a gravidade dos danos exigiu decisões excepcionais, como a autorização de créditos extraordinários e medidas cautelares para viabilizar a reconstrução emergencial da pista, evitando longos processos de reequilíbrio contratual.

Os expositores detalharam o processo de recuperação: inicialmente, com a operação provisória na Base de Canoas; depois, com ensaios estruturais, liberação do terminal de passageiros e início das obras no Salgado Filho. Em 21 de outubro ocorreu a retomada parcial, com apenas 1.700 metros de pista operacionais, e a previsão era alcançar operação plena em 16 de dezembro, com os 3.200 metros disponíveis, funcionamento 24 horas e retorno dos voos internacionais. A Fraport e autoridades federais relataram que a liberação de R\$ 425,9 milhões em crédito extraordinário foi decisiva para garantir contratações e intervenções emergenciais. As companhias aéreas registraram aumento gradual das operações, mas ainda abaixo dos níveis anteriores à enchente, citando dificuldades de frota, logística e ajuste de malhas. Destacou-se também que a retomada das rotas regionais estava mais lenta, já que a prioridade inicial era a normalização do principal aeroporto do Estado.

As propostas apresentadas pelos participantes concentraram-se em garantir estabilidade na operação futura, mitigar riscos climáticos e fortalecer a infraestrutura aeroportuária. Foram defendidas a inclusão de variáveis climáticas no planejamento de aeroportos, avaliações específicas de vulnerabilidade, revisão de protocolos de preservação de áreas críticas e melhoria dos procedimentos de evacuação e proteção de funcionários e passageiros. Autoridades e representantes empresariais também pediram atenção ao equilíbrio da malha aérea, solicitando às companhias maior prioridade ao Rio Grande do Sul para evitar queda na conectividade e nos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

voos diretos, além de reforçar o papel estratégico de Porto Alegre como possível hub do Cone Sul. O debate concluiu que a retomada do Salgado Filho é etapa essencial para a recuperação econômica do Estado, mas ainda exige acompanhamento contínuo, investimentos adicionais e integração entre governo federal, governo estadual, concessionária e setor aéreo.

Audiência Pública - Reconstrução da infraestrutura gaúcha no Vale do Taquari e outras regiões atingidas pelas enchentes de 2024

Local e data:

Anexo II, Plenário 13, 11/12/2024 às 14h30

Participantes:

- Rogério Lezino Costa Leite, Gerente de Projeto da Secretaria Nacional de Transportes Rodoviários, Ministério dos Transportes
- Luís Fernando Pereira Vanacôr, Diretor-Presidente da EGR
- Marcelo Caumo, Prefeito de Lajeado
- Clóvis Freiburger Junior, Prefeito de Feliz
- Cíntia Agostini, Conselho de Desenvolvimento do Vale do Taquari
- Raquel Cadore, Associação Comercial e Industrial de Encantado
- Fernando Henrique P. de Marchi, CCR Rodovias
- Jhony Oliveira, Agência Nacional de Transportes Terrestres
- Pablo Souto Palma, Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul
- Luís Fernando Vanacôr, Empresa Gaúcha de Rodovias
- Clóvis Freiburger, Prefeito de Feliz
- Sandro Ranieri Herrmann, Prefeito de Colinas
- Ângelo Fontana, Federasul e CIC Vale do Taquari





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Joni Zagonel, ACIL Lajeado
- Julio Salecker, Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Taquari-Antas
- Thomas Oderich, ACIS Caí e Federasul Vale do Caí

Resumo:

A audiência discutiu a reconstrução da infraestrutura gaúcha após as enchentes de 2023 e 2024, com forte ênfase nos prejuízos enfrentados pelo Vale do Taquari e demais regiões afetadas. Prefeitos e representantes locais relataram que, mesmo depois de quinze meses desde o primeiro grande evento em 2023, diversas obras de recuperação permanecem sem execução, ou avançam de forma muito lenta. Foram destacados problemas como a demora na liberação de recursos para reconstrução de moradias destruídas, a lentidão nos trâmites da Defesa Civil, o atraso na implementação de loteamentos já preparados para receber famílias e os prejuízos causados ao sistema viário. Também houve relatos sobre o aumento expressivo nos custos logísticos, o isolamento de comunidades, a destruição de milhares de residências e a pressão sobre a mobilidade ocasionada por danos na BR-386 e na ponte sobre o Rio Taquari.

A CCR e a ANTT apresentaram diagnósticos técnicos detalhando danos estruturais em rodovias e pontes e explicaram as ações emergenciais adotadas para manter a circulação mínima na região. Informaram que todas as frentes da rodovia estão em funcionamento, embora os danos severos e o comprometimento dos pilares da ponte sobre o Taquari exijam monitoramento contínuo e impeçam a liberação plena do tráfego até que haja total segurança. Representantes municipais e entidades regionais destacaram que as enchentes provocaram impactos inéditos, exigindo novas avaliações estruturais, revisões contratuais e investimentos adicionais, e relataram que a falta de alternativas de tráfego e vias de backup agrava a vulnerabilidade da economia local e dificulta o deslocamento diário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

As propostas apresentadas convergiram para a necessidade de agilizar a liberação de recursos, superar entraves burocráticos, acelerar convênios habitacionais e priorizar obras de infraestrutura essenciais para a mobilidade e a prevenção de desastres. Os participantes defenderam a construção de uma nova ponte sobre o Rio Taquari, a criação de rotas alternativas permanentes, investimentos em contenção de cheias, qualificação da infraestrutura energética e de comunicação e implantação de sistemas de backup para evitar o isolamento de comunidades. Também foi ressaltada a importância de estudos técnicos aprofundados e de maior integração entre os níveis municipal, estadual e federal para orientar decisões sobre ocupação urbana, prevenção e reconstrução. A audiência encerrou com consenso de que a reconstrução exige ações rápidas, coordenadas e baseadas em diagnósticos precisos para garantir segurança, habitação e continuidade econômica nas regiões atingidas.

Audiência Pública - Situação dos municípios gaúchos um ano após as enchentes de 2023/2024

Local e data:

Anexo II, Plenário 16, 07/05/2025 às 13h

Participantes:

- Maneco Hassen, Secretário Federal da Reconstrução no Rio Grande do Sul
- Clair Kuhn, Secretário Executivo do Conselho Plano do Rio Grande
- Luis Fernando Cavalheiro Pires, Conselheiro da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL)
- Diogo Paz Bier, representante da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Cleber Fernando dos Santos, Diretor Regional da Federação de Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul (FEDERASUL)
- Giraldo Sandri, Vice-Presidente do Sistema Fecomércio RS
- Marcos Antonio Paderes Barbosa, Subdefensor Público-Geral Federal

Resumo:

A audiência examinou a situação dos municípios gaúchos um ano após as enchentes de 2023 e 2024, com exposições do Governo do Estado, Governo Federal e entidades representativas. O Governo do Estado apresentou o funcionamento do Plano Rio Grande e os resultados do primeiro ano de execução, destacando avanços em assistência imediata, habitação, reorganização institucional e criação de estruturas permanentes de prevenção, como o Comitê Científico e o fundo Funrigs. Também afirmou que os eventos climáticos superaram todas as previsões anteriores, exigindo a revisão completa dos projetos de contenção, especialmente dos diques da Região Metropolitana. O Governo Federal apresentou números consolidados, indicando que cerca de cento e doze bilhões de reais foram destinados ao Estado em diversas frentes, incluindo apoio às famílias, crédito para empresas, auxílio ao agro, repasses a municípios, obras e habitação. Ressaltou que parte das obras permanece pendente devido à falta de atualização de projetos pelos municípios ou pelo Estado, o que impede a execução de valores já disponíveis.

As entidades do setor produtivo relataram dificuldades persistentes nas regiões atingidas, destacando que muitos municípios, especialmente no Vale do Taquari, ainda possuem famílias sem moradia definitiva e empresas endividadas. Foram citados problemas como atrasos na reconstrução, ausência de obras de prevenção, dificuldade de acesso a crédito, inadimplência crescente e falta de clareza na divulgação dos números oficiais. Representantes municipais apontaram que poucos reassentamentos foram concluídos e que muitas famílias seguem em moradias provisórias, o





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

que evidencia disparidade entre os valores anunciados pelos governos e a realidade vivida nos territórios. Também houve questionamentos sobre divergências entre os dados apresentados pelas esferas federal, estadual e municipal, indicando falta de coordenação na condução da reconstrução.

As propostas encaminhadas reforçaram a necessidade de maior integração entre os entes federativos, aceleração da execução de obras de prevenção, revisão e padronização de projetos, apoio ampliado ao setor produtivo, fiscalização direta da Comissão nas áreas atingidas e transparência sobre o que constitui recurso novo, empréstimo, antecipação ou suspensão de dívida. Houve defesa de soluções para o endividamento do agro, com destaque para a necessidade de securitização de dívidas em longo prazo, além de investimentos em sistemas de alerta e monitoramento climático, como as sirenes já implantadas em alguns municípios do Vale do Taquari. A audiência reconheceu avanços, mas concluiu que a reconstrução ainda exige respostas mais rápidas, coordenadas e verificáveis para atender às demandas urgentes das comunidades impactadas.

Audiência Pública - Aeroporto Salgado Filho como eixo da recuperação econômica do RS: Reconectar e reconstruir

Local e data:

Anexo II, Plenário 06, 11/06/2025 às 16h

Participantes:

- Vinícius Lima, Coordenador Geral da Diretoria de Planejamento e Fomento do Ministério de Portos e Aeroportos
- Eduardo Henn Bernardi, Superintendência de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC)
- Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Ronaldo Santini, Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul e Deputado Estadual
- Camilo Silva de Oliveira Coelho, Gerente de Relações Institucionais e Regulatória da Azul Linhas Aéreas
- Alberto Fajerman, Assessor da Presidência da Gol Linhas Aéreas
- Eduardo Macedo, Head de Assuntos Públicos da LATAM Airlines Brasil
- Raphael de Lucca, Gerente Geral da Copa Airlines
- Rafael Guerra, Gerente de Comunicação da Fraport Brasil (Aeroporto Salgado Filho)
- Juliano Noman, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR)

Resumo:

A audiência discutiu a situação do Aeroporto Salgado Filho e seu papel na recuperação econômica do Rio Grande do Sul após a enchente de 2024, com apresentação detalhada das etapas de reconstrução e dos desafios enfrentados durante o fechamento. A Fraport relatou que a pista foi reaberta inicialmente com extensão reduzida e operação limitada, até alcançar sua capacidade total em dezembro, o que permitiu o retorno dos voos internacionais. Foram descritos danos significativos à pista, subestação de energia, sistemas de navegação, bagagem e tecnologia, além da falta de equipamentos especializados durante o processo de recuperação. A ANAC reforçou que a operação emergencial na Base Aérea de Canoas foi inédita no país e exigiu forte coordenação entre concessionária, Comando da Aeronáutica e órgãos federais. Também foram apresentados dados que demonstram que a oferta de voos ainda não havia retornado integralmente aos níveis anteriores à enchente.

As companhias aéreas explicaram que a retomada depende da disponibilidade de aeronaves, da escassez de peças no mercado





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

internacional e da reorganização completa da malha. Informaram que a recuperação ocorreu de forma desigual entre rotas nacionais, regionais e internacionais, com maior dificuldade para restabelecer ligações em cidades do interior e em destinos estratégicos. Também relataram problemas relacionados à padronização dos horários de voos, que limita a flexibilidade dos passageiros. Parlamentares complementaram com observações sobre a redução de voos em aeroportos regionais que tiveram papel essencial durante o período de fechamento do Salgado Filho, destacando que alguns aeródromos perderam espaço após a normalização das operações em Porto Alegre.

As soluções propostas destacaram a necessidade de planejamento integrado para a aviação no Estado, com ações voltadas à ampliação da malha aérea, revisão das grades de horários, fortalecimento dos aeroportos regionais e campanhas para recuperar a confiança de passageiros e turistas. O Governo do Estado apresentou iniciativas como programas de incentivo fiscal ao querosene de aviação, articulação para ampliar conexões nacionais e internacionais e ações de divulgação para reforçar que o Estado está apto a receber visitantes. Também foram defendidos investimentos estruturais em aeródromos como os de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santo Ângelo e Santa Maria, além da necessidade de estimular a demanda para sustentar novas rotas. A audiência concluiu que a plena reconstrução da malha aérea depende da cooperação contínua entre União, Estado, concessionária e companhias aéreas, e que a retomada da conectividade é essencial para a recuperação econômica do Rio Grande do Sul.

Audiência Pública - Situação da retomada dos aeroportos regionais do Rio Grande do Sul

Local e data:

Anexo II, Plenário 09, 08/07/2025 às 14h

Participantes:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Julia Lopes Nascimento, Diretora do Departamento de Planejamento e Fomento, representando o Ministro de Estado de Portos e Aeroportos
- Marcelo Canossa, Diretor do Departamento Aeroportuário do Rio Grande do Sul
- Marcos Roberto Eurich, Gerente de Controle e Fiscalização da ANAC
- Ronaldo Santini, Secretário de Turismo do Rio Grande do Sul
- Leonel Girari, Secretário de Desenvolvimento Econômico, representando a Prefeitura de Santa Cruz do Sul
- Renato Rabelo, Gerente de Relações Institucionais da ABEAR
- Paulo Eduardo Cavalcante, Superintendente de Gestão da INFRAERO
- Aparecido Luiz Silva, Diretor de Administração da INFRAERO
- Camilo Coelho, Gerente de Relações Institucionais da Azul Linhas Aéreas
- Gilberto Tegner, Vice-Prefeito da cidade de Canela
- Paulo Roberto Farias Falcão, Secretário Substituto da Defesa Civil Nacional
- Prefeitos das cidades que possuem aeroporto regional
- Representantes de associações e instituições ligadas ao tema

Resumo:

A audiência tratou da situação da retomada dos aeroportos regionais do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2024 e 2025, com destaque para os impactos sobre a malha aérea, a infraestrutura aeroportuária e a capacidade de operação do Estado em situações de contingência. Os expositores apresentaram um panorama detalhado da recuperação da conectividade aérea, indicando que, em julho de 2025, o Estado chegou a aproximadamente noventa por cento da oferta de voos existente antes das enchentes, com ampliação de operações no interior e





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

melhoria das ligações nacionais e internacionais. Também foram relatados os efeitos positivos da operação emergencial na Base Aérea de Canoas, que garantiu a continuidade do transporte aéreo durante o fechamento do Aeroporto Salgado Filho, embora tenha causado desgaste na pista, cujas obras de recomposição já estão em execução pelo Ministério de Portos e Aeroportos em parceria com o Ministério da Defesa e a Fraport.

Os participantes apontaram diversos problemas estruturais que afetam os aeroportos regionais, como a fragilidade da infraestrutura de vários aeródromos, a limitada capacidade operacional para receber aeronaves comerciais em grande parte dos aeródromos públicos do Estado e a necessidade de investimentos constantes para garantir condições mínimas de operação, especialmente em períodos de baixa visibilidade. A Agência Nacional de Aviação Civil destacou que apenas uma parte dos aeroportos possui pista adequada, resistência compatível ou capacidade de operação por instrumentos, o que compromete a regularidade e a segurança das operações. Também foram mencionadas dificuldades decorrentes da saída de empresas como a Voepass, que reduziu conexões importantes, e do processo de reestruturação da Azul, que enfrenta desafios financeiros mas mantém presença significativa nos aeroportos menores, onde concentra boa parte da oferta de assentos. Municípios e representantes do setor privado ressaltaram que a atual distribuição da malha aérea ainda não atende plenamente à demanda e que a dependência de incentivos fiscais e ajustes constantes prejudica a estabilidade do mercado regional.

As soluções propostas incluíram a necessidade de investimentos estruturantes e permanentes nos aeroportos regionais, priorizando obras já planejadas para cidades como Santa Maria, São Borja, Torres e Canela, além de consolidar o novo aeroporto de Caxias do Sul como alternativa estratégica ao Salgado Filho. Também foi defendida a atualização do planejamento setorial do transporte aéreo prevista para 2026, de forma a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

alinhar custos operacionais, modelos de gestão e viabilidade econômica. Sugestões adicionais envolveram o fortalecimento da promoção turística integrada aos aeroportos regionais, a criação de políticas que ampliem a competitividade das rotas do interior, a melhoria da coordenação entre União, Estado e municípios e a adoção de estratégias de contingência mais robustas para eventos climáticos severos. A audiência concluiu que o desenvolvimento da aviação regional é essencial para a recuperação econômica do Rio Grande do Sul e deve ser orientado por planejamento de longo prazo, infraestrutura adequada e cooperação contínua entre as instituições envolvidas.

Seminário - Desassoreamento dos Rios do Estado. Medidas urgentes e estruturantes necessárias à mitigação de enchentes

Local e data:

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 14/07/2025 às 10h

Participantes:

- Representantes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais
- Membros da Comissão
- Autoridades públicas
- Especialistas
- Representantes da sociedade civil

Resumo:

O seminário abordou de modo detalhado a situação do assoreamento e da dragagem nos rios do Rio Grande do Sul, destacando que a falta de manutenção constante compromete a segurança da navegação, o escoamento de cargas, a prevenção de enchentes e a eficiência logística do Estado. Participantes relataram que gargalos amplamente conhecidos, como pontos críticos no Delta do Jacuí, na Lagoa





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

dos Patos e na saída do Arroio Araçá, continuam gerando encalhes, interrupções de tráfego e riscos ambientais. Também foi observado que a insuficiência de dragagem afeta diretamente o Porto de Porto Alegre e o Porto de Estrela, com prejuízos significativos para indústrias que dependem da hidrovia. Municípios informaram que rios obstruídos ampliam o risco de alagamentos e agravam impactos de chuvas intensas, especialmente em regiões onde os cursos d'água são estreitos e sensíveis ao acúmulo de sedimentos.

Entre os problemas evidenciados, prefeitos e entidades técnicas mencionaram a inexistência de um programa permanente de dragagem e desassoreamento, a dependência de ações pontuais, entraves no licenciamento, carência de batimetrias atualizadas e falta de estrutura para destinação adequada do material retirado dos rios. Houve preocupação com a burocracia que dificulta a atuação municipal, com a insuficiência de investimentos nas hidrovias e com a falta de articulação entre os diferentes órgãos responsáveis. Municípios relataram que o material removido, composto muitas vezes por cascalho ou seixos, não pode ser deixado às margens dos rios, pois retorna ao leito, e que a legislação restringe seu uso mesmo quando ele poderia ter aplicação em obras públicas. Técnicos destacaram ainda que a ausência de manutenção contínua gera queda de competitividade, aumento dos custos logísticos e riscos adicionais caso ocorram avarias em embarcações em áreas rasas.

As soluções debatidas convergiram para a criação de programas permanentes de dragagem e desassoreamento, com monitoramento constante por meio de batimetrias regulares, planejamento estruturante e cooperação efetiva entre municípios, Estado e União. Defendeu-se a revisão de normas que limitam o uso do material retirado, de modo a permitir sua aplicação em obras quando tecnicamente possível. Também foram sugeridos investimentos em equipamentos, atualização das licenças ambientais e integração dos sistemas de gestão hídrica. Representantes





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

municipais relataram que programas locais de desassoreamento contínuo têm resultados comprovados e que esse modelo deveria ser ampliado com apoio financeiro e técnico das demais esferas de governo. Além disso, foi defendida a priorização de trechos mais críticos, o enfrentamento dos entraves burocráticos e a implementação coordenada de ações que reduzam o risco de enchentes e aumentem a eficiência logística das hidrovias do Estado.

Audiência Pública - Retomada das atividades no Rio Grande do Sul e as enchentes de junho de 2025. Impactos, lições e caminhos para o futuro

Local e data:

Anexo II, Plenário 09, 15/07/2025 às 14h

Participantes:

- Maneco Hassen, Secretário Federal da Reconstrução do Rio Grande do Sul
- Luciano Boeira, Coronel Coordenador da Defesa Civil do Rio Grande do Sul
- Carine Schwingel, Prefeita do Município de Estrela
- Igor Tambara, Prefeito do Município de Jaguari
- Gustavo Finck, Prefeito do Município de Novo Hamburgo
- Sabrina Gois, Diretora de Infraestrutura Geocientífica do Serviço Geológico Brasileiro
- Andrea Germano, Chefe do Departamento de Hidrologia do Serviço Geológico Brasileiro
- Representantes de municípios atingidos pelas enchentes de junho de 2025
- Diretor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Diretor Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE)
- Presidente da Associação das Empresas do 4º Distrito de Porto Alegre
- Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS)
- Representantes de associações de combate aos efeitos das enchentes

Resumo:

A audiência pública discutiu os impactos das enchentes de junho de 2025 e as ações necessárias para a retomada das atividades no Rio Grande do Sul. Representantes federais, estaduais, municipais e técnicos relataram que, mesmo após os avanços obtidos desde os eventos extremos de 2024, o Estado voltou a enfrentar inundações significativas, o que evidenciou limitações nos sistemas de alerta, falhas de monitoramento hidrológico e dependência de respostas emergenciais. A Defesa Civil estadual informou que o desastre anterior deixou marcas profundas e destacou que a proteção da população depende de integração efetiva entre municípios e Estado. Também foi apontada a necessidade de ampliar investimentos em sistemas de monitoramento, modelagem hidrodinâmica, ampliação da rede de radares e melhorias nos alertas, considerando que falhas de comunicação e carência de equipamentos adequados prejudicaram a prevenção em eventos anteriores.

Representantes federais apresentaram dados atualizados sobre os recursos destinados à reconstrução, com destaque para mais de seis bilhões de reais em obras estruturantes e para a aprovação de centenas de planos de trabalho voltados à defesa civil. No entanto, manifestaram preocupação com a ausência de atualização dos projetos estaduais necessários para liberar obras consideradas prioritárias, especialmente na Região Metropolitana e em bacias hidrográficas críticas. Prefeitos e deputados estaduais relataram percepção de lentidão e falta de priorização por parte





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

do Governo do Estado, citando dificuldades como a falta de licitação de projetos em áreas afetadas, demora no repasse de verbas a municípios gravemente atingidos e uso de recursos do fundo estadual de reconstrução em finalidades que não atendem às necessidades urgentes. Também foram mencionadas dificuldades para avançar em programas habitacionais devido à burocracia, longos períodos de análise de propostas, desafios no reassentamento de famílias que perderam suas casas e falta de apoio suficiente para produtores rurais e empresas situadas em áreas vulneráveis.

As propostas apresentadas ao longo da audiência reforçaram a necessidade de acelerar a análise e a liberação de projetos, revisar critérios habitacionais para atender diferentes perfis de famílias atingidas, fortalecer a infraestrutura municipal para preparar áreas de reassentamento e investir continuamente em ações de prevenção. Defendeu-se que processos federais e estaduais devem possuir prazos mais claros e comunicação mais objetiva entre os órgãos envolvidos. Foi destacada ainda a importância de capacitar equipes municipais, aprimorar sistemas de alerta e promover ações estruturais capazes de reduzir a vulnerabilidade das comunidades diante de novos eventos climáticos. A audiência encerrou com o entendimento de que a reconstrução exige coordenação entre as diferentes esferas de governo e respostas práticas às demandas apresentadas pelos municípios atingidos.

Seminário - Unidos pela reconstrução do Rio Grande do Sul: Impacto das enchentes e respostas aos danos sofridos

Local e data:

Casa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na Expinter,
05/09/2025 às 14h

Participantes:

- Autoridades federais
- Autoridades estaduais





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Autoridades locais
- Representantes da sociedade civil organizada
- Representantes empresariais

Resumo:

O seminário realizado na Casa da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, durante a Expointer, reuniu autoridades federais, estaduais, municipais, representantes da sociedade civil e entidades empresariais para avaliar o andamento das ações de reconstrução após as enchentes de 2023 e 2024. Os participantes enfatizaram que a Comissão Externa tem como funções prestar contas do que já foi realizado, cobrar a continuidade das ações em curso e exigir a execução daquilo que ainda está pendente. Foi destacado que o Estado dispõe de cerca de 14 bilhões de reais para projetos de reconstrução, mas muitos deles enfrentam entraves, estão sendo refeitos ou seguem em ritmo lento, o que exige maior agilidade e articulação entre os diferentes níveis de governo. Ao longo do encontro, reforçou-se a importância de manter o foco na reconstrução de forma coordenada, valorizando a atuação conjunta e evitando disputas políticas para garantir que as soluções avancem.

Os expositores trouxeram relatos de dificuldades práticas enfrentadas pelos municípios, entre elas a lentidão provocada por exigências burocráticas, entraves administrativos que dificultam a execução de obras e processos de recuperação, e problemas estruturais preexistentes que foram agravados pelos eventos climáticos. Também houve manifestações sobre o impacto social das enchentes, como a perda de vidas, o sofrimento psicológico das comunidades e o simbolismo das homenagens prestadas às vítimas, ressaltando a urgência de respostas mais rápidas do poder público. Diversas falas abordaram problemas de infraestrutura, como o colapso de pontes antigas, limitações de acesso em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

áreas rurais e urbanas e a necessidade de políticas permanentes de manejo e conservação do solo para reduzir riscos e evitar novos desastres.

Entre as propostas apresentadas, houve defesa de processos mais objetivos e com prazos definidos, além de maior cooperação entre municípios, Estado e União para assegurar que projetos sejam executados na velocidade que a população necessita. Representantes municipais e setoriais solicitaram apoio técnico e institucional, alertando que a burocracia não pode ser um obstáculo à entrega dos resultados esperados. Também se reforçou a relevância de fortalecer políticas de prevenção, capacitar equipes locais e promover soluções eficazes para os desafios que permanecem. O seminário foi encerrado com o compromisso de continuidade dos trabalhos e de acompanhamento próximo pela Comissão Externa, reafirmando que a reconstrução exige ação coletiva e respostas práticas às demandas apresentadas pelos municípios.

Seminário - Impacto das enchentes no Rio Grande do Sul: Unidos pela reconstrução

Local e data:

Plenário Bento Rosa, Câmara de Vereadores de Estrela/RS,
17/10/2025 às 09h

Participantes:

- Presidente Câmara de Vereadores Daniel da Silva;
- Prefeita de Estrela, Carine Schwingel, (ações de enfrentamento às enchentes, bem como projetos futuros);
- Senador Luis Carlos Heinze sobre seu trabalho em relação às enchentes;
- Representante do Governo Federal, Maneco Hassem, Secretário Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, apresenta ações e investimentos (Ênfase no tema moradias);





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Representante do Governo Estadual, Angela de Oliveira Secretária Adjunta da Reconstrução Gaúcha, em exercício, apresenta ações e investimentos (Ênfase no tema moradias);
- Representante do Governo Estadual, Cesar Augusto, Diretor da Secretaria de Habitação;
- Presidente da AMVAT (Associação dos Municípios do Vale do Taquari), Prefeito de Sério, Sidinei Moisés de Freitas sobre danos, ações e necessidades;
- Presidente da AMAT (Associação dos Municípios do Alto Taquari), Prefeito de Muçum, Mateus Trojan, sobre danos, ações e necessidades;
- Presidente da CIC Vale do Taquari, Ângelo Fontana, sobre ações de enfrentamento às enchentes e projetos/investimentos de reconstrução;
- Presidente da CACIS Estrela, Claus Wallauer, sobre ações de enfrentamento às enchentes e projetos/investimentos de reconstrução;
- Sr. Pasqual Bertoldi, Vice-Presidente do Conselho de Administração da DÁLIA ALIMENTOS sobre impactos e ações de retomada dos setores de suinocultura, avicultura e lácteo;
- Coordenadora de Comunicação e Monitoramento do Instituto REGENERA-RS, Manuela Fonseca, sobre ações de enfrentamento das enchentes e projetos/investimentos de reconstrução;
- Vice-Reitora da UNIVATES, Professora Cíntia Agostini sobre estudos e projetos para reconstrução, bem como planos para prevenção de desastres climáticos;

Resumo:

O seminário evidenciou que a habitação continua sendo o maior ponto de tensão no processo de reconstrução do Vale do Taquari. As Prefeituras relataram que, embora quase quatrocentas famílias tenham sido





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

atendidas pelo Compra Assistida, nenhuma moradia construída pelo Governo Federal foi entregue até o momento, e as obras seguem em estágios iniciais. Das 950 unidades previstas, apenas cem estão em construção e oitocentas aguardam assinatura de convênio, o que provoca sensação de estagnação e desgaste emocional entre as famílias que aguardam há mais de um ano. Também foi relatado que o Compra Assistida, apesar de eficiente na entrega imediata, deslocou moradores para outros municípios por falta de casas disponíveis em Estrela, Muçum e outras cidades do Vale, o que afeta o pertencimento comunitário e a recuperação local.

Os participantes reforçaram que os municípios vivem um cenário de forte pressão financeira. Estrela relatou não ter capacidade para cobrir despesas básicas, como manutenção urbana e aluguel social, ao mesmo tempo em que precisa investir em infraestrutura, planos diretores, estudos de prevenção, limpeza de entulhos e reaparelhamento da Defesa Civil. Grandes desafios foram citados, como a necessidade urgente de desassoreamento, a paralisação da ferrovia, o colapso de prédios públicos atingidos pela enchente e a insuficiência de programas existentes para atender famílias em áreas de arraste, que não se encaixam em nenhuma das modalidades habitacionais existentes. Ainda foram mencionados problemas como o endividamento de pequenas empresas, a dificuldade de acesso a crédito, o desenquadramento do Simples e o impacto ambiental e econômico da erosão nas áreas rurais, onde muitas propriedades perderam solo produtivo e ficaram cobertas por areia e pedras.

Como caminhos prioritários, os gestores defenderam a aceleração dos convênios habitacionais, ampliação dos recursos para aluguel social até que as casas sejam entregues, criação de soluções específicas para famílias das áreas de arraste e avanço imediato das obras de infraestrutura dos novos loteamentos. Também foi solicitado apoio para desburocratizar procedimentos, ampliar crédito subsidiado para municípios e empresas,





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

municipalizar áreas da ferrovia, garantir obras de desassoreamento e fortalecer a saúde mental da população, considerando o aumento de casos de depressão e suicídio após as enchentes. Representantes do Estado e da União apresentaram números sobre investimentos já realizados e afirmaram que novos contratos devem ser assinados nos próximos dias em Estrela, Lajeado, Cruzeiro do Sul e Arroio do Meio. O seminário terminou com o reconhecimento de que a reconstrução demanda coordenação contínua, priorização realista dos recursos públicos e manutenção do apoio técnico para que nenhuma família fique para trás.

Seminário - Impacto das enchentes no Rio Grande do Sul: demandas e projetos para reconstrução da região do Vale do Rio Caí

Local e data:

Câmara Municipal de Montenegro/RS, 14/11/2025 às 09h

Participantes:

- Talis Ferreira, Presidente da Câmara de Vereadores de Montenegro;
- Gustavo Zanatta, Prefeito de Montenegro;
- Lucas Redecker, Deputado Federal;
- Felipe Camozzato, Deputado Estadual;
- Maneco Hassem, Secretário Extraordinário para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul;
- Guilherme Kruger, Subsecretário de Projetos Estruturantes da Secretaria Estadual da Reconstrução;
- João Marcos Guará, Prefeito de São Sebastião do Caí;
- Juliane Maria Bender, Prefeita de São José do Sul e Presidente da AMVARC;
- João Batista Garcia Dias, Presidente da ACI de Montenegro;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

- Gustavo Oliveira, Vereador e Presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento às Enchentes da Câmara de Vereadores de Montenegro;
- Valdir Mattos, Vice-Presidente Regional da Federasul.

Resumo:

O seminário realizado em Montenegro apresentou um diagnóstico detalhado das dificuldades enfrentadas pelos municípios do Vale do Rio Caí no processo de reconstrução após as enchentes de 2023 e 2024. Os participantes destacaram que a região continua desprovida de sistemas estruturais de proteção e prevenção, enquanto enfrenta desafios como assoreamento, erosão, perdas agrícolas, problemas na infraestrutura urbana e rural e danos que ainda afetam a rotina das comunidades. Também foi enfatizado que, embora existam programas federais e estaduais com significativo volume de recursos, há uma grande dificuldade dos municípios em acessar e executar esses valores devido a exigências técnicas rigorosas, prazos curtos e falta de suporte especializado para elaboração de projetos e atendimento às etapas burocráticas.

Outro ponto recorrente entre os gestores e representantes foi a necessidade de maior coordenação entre União, Estado e municípios. De acordo com os relatos, a execução dos recursos do Firece destinados ao Vale do Caí ainda é limitada, apesar da previsão de investimentos anunciados anteriormente, e o Funrigs possui prazos de quitação que acabam impedindo o planejamento de obras de médio e longo prazo, especialmente aquelas relacionadas à infraestrutura. Além disso, mesmo com a apresentação de números expressivos de investimentos federais em diversas áreas, a percepção local é de que esses recursos ainda não se traduziram em melhorias práticas ou em aceleração das obras. Os municípios também relataram dificuldades relacionadas a processos de licenciamento e às exigências técnicas que impedem avanços mais rápidos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Como encaminhamento, houve consenso sobre a necessidade de uma reunião ampliada envolvendo todas as esferas de governo, com o objetivo de alinhar responsabilidades, superar entraves institucionais e coordenar ações de forma mais efetiva. Também foi destacada a importância de fortalecer ações permanentes de conservação do solo, planejamento integrado por bacia hidrográfica e prevenção de riscos, além de ampliar o suporte técnico aos municípios para elaboração e execução de projetos. O seminário terminou com o compromisso da Comissão Externa de consolidar as demandas apresentadas, mediar soluções e acompanhar de perto o andamento dos programas e ações voltados à reconstrução do Vale do Rio Caí.

ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DE ENCHENTES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Controle de processos erosivos e recuperação de áreas de preservação permanente

O controle de processos erosivos e a recuperação das áreas de preservação permanente (arts. 4º e 6º) e das áreas de uso restrito (art. 11) previstas na Lei nº 12.651/2012 constituem medidas fundamentais para prevenção do assoreamento dos corpos hídricos e redução da vulnerabilidade a enchentes. As enchentes de 2023 e 2024 no Rio Grande do Sul evidenciaram dramaticamente as consequências da degradação dessas áreas protetivas e da ausência de práticas adequadas de conservação do solo. Esses processos contribuíram para o assoreamento de rios, potencializando os desastres durante eventos de chuvas intensas.

O assoreamento é o acúmulo de sedimentos (argila, silte, areia e cascalho), resíduos orgânicos e/ou inorgânicos, depositados nos recursos hídricos superficiais por eventos naturais ou antrópicos. Trata-se de um processo intensificado pelos padrões de uso do solo e por eventos climáticos





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

extremos, diminuindo a capacidade de retenção do volume de água no recurso hídrico. Esse processo contribui para ocorrências de alagamentos, cheias e enchentes, mesmo em episódios de menor magnitude de precipitação.

A precipitação concentrada em curtos períodos intensifica os problemas decorrentes da erosão do carreamento de sedimentos para cursos d'água. O solo saturado não consegue absorver a água, o que gera enxurradas e erosão hídrica, causando severos impactos à estrutura do solo, carreando corretivos e fertilizantes essenciais para a produtividade futura. Em diversos municípios houve problemas com erosão e perdas de solo, de fertilidade e mesmo de áreas inteiras agricultáveis, havendo a necessidade da realização de investimentos na recuperação delas.

As áreas que sofreram deslizamentos permanecem vulneráveis à chuva e à erosão até que a vegetação volte a cobri-las. Outras chuvas intensas podem provocar novos deslizamentos nas áreas já impactadas. Um mapeamento com imagens de satélite¹ identificou 15.087 deslizamentos de terra entre 30 de abril e 6 de maio de 2024, evidenciando a magnitude dos processos erosivos desencadeados pelas enchentes.

A cobertura vegetal desempenha múltiplas funções essenciais para a proteção dos recursos hídricos e controle de processos erosivos. Ela protege as encostas, as margens e o entorno de corpos d'água, evita o assoreamento dos mananciais hídricos e permite a conservação da qualidade e do volume das águas. A rede de raízes das plantas nativas fortalece o solo contra a erosão, enquanto a cobertura vegetal reduz o impacto direto das chuvas sobre o solo.

A restauração dessa vegetação nativa é imprescindível. Embora a vegetação nativa não seja capaz de evitar totalmente as enchentes, ela pode reduzir os danos. Enchentes de alguns centímetros a menos já fariam

¹ <https://arcg.is/ezjvW>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

diferença, deixando alguns bairros secos ou evitando sobrecarga nos sistemas de proteção contra enchentes.

Identificação de áreas de risco

A identificação e mapeamento de áreas de risco constituem fundamentos essenciais para o planejamento territorial adequado e a prevenção de perdas humanas e materiais em eventos climáticos extremos. As enchentes de 2023 e 2024 no Rio Grande do Sul evidenciaram dramaticamente as consequências da ocupação irregular de áreas vulneráveis e da ausência de mapeamentos sistemáticos que orientem políticas públicas de uso e ocupação do solo.

O governo do Estado lançou, em julho de 2024, a versão pública do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP RS²), sistema integrado de mapeamento das Áreas Diretamente Atingidas pelo fenômeno meteorológico de abril e maio de 2024. Desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o MUP consiste em um Sistema Único e Integrado do Mapeamento das Áreas Diretamente Atingidas, com o objetivo de identificar e quantificar os endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e, principalmente, a população afetada.

O sistema utiliza imagens de satélite e tecnologias avançadas de geoprocessamento. O Estado já está empregando esse mapeamento, por exemplo, na destinação dos recursos do programa Volta por Cima e dos valores arrecadados por meio da campanha SOS Rio Grande do Sul. Outras políticas públicas também estão sendo orientadas com base no mapeamento das áreas atingidas, com destaque para as políticas habitacionais e as de uso e ocupação do solo.

² <https://mup.rs.gov.br/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

O Serviço Geológico do Brasil (SGB) avança com a ação emergencial para mapeamento de áreas de risco em municípios do Rio Grande do Sul afetados pelas fortes chuvas em maio de 2024. A ação emergencial atenderá 93 municípios gaúchos até 2025 – essas cidades estão entre as mais afetadas pelas enchentes de maio de 2024 e em estado de calamidade pública.³

Pesquisadores percorrem os territórios dos municípios, com apoio das defesas civis e da população, para identificar e caracterizar as áreas com risco alto ou muito alto de movimentos de massa (como deslizamentos) e inundações. O levantamento permite identificar onde estão moradias ou outros tipos de estabelecimentos com risco de sofrer danos em caso de desastres e as áreas que necessitem de intervenções. O SGB publica, para todo o país, relatórios dos mapeamentos de áreas de risco, disponibilizados na forma de documentos técnicos e dados cartográficos do projeto Cartografia de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações, no âmbito do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais ⁴.

O mapeamento de áreas de risco deve estar integrado aos instrumentos de planejamento urbano municipal, como Planos Diretores, Leis de Zoneamento e Planos Municipais de Redução de Riscos. A identificação de áreas vulneráveis permite estabelecer restrições de ocupação, criar zonas de proteção e orientar investimentos em infraestrutura preventiva. Esse mapeamento não é exercício estático, mas processo contínuo que deve ser atualizado regularmente considerando mudanças climáticas, alterações no uso do solo, obras de infraestrutura e novos padrões de ocupação urbana.

³ <https://sgb.gov.br/w/acao-emergencial-para-mapeamento-de-areas-de-risco-avanca-no-rio-grande-do-sul>

⁴ <https://sgb.gov.br/pt/produtos-por-estado-cartografia-de-suscetibilidade>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

O conhecimento científico e tecnológico, disponível nas universidades e centros de pesquisa locais, foi crucial para a previsão e alerta, e a implantação operacional tanto da previsão quanto do alerta de eventos climáticos extremos deve ser uma prioridade para o Rio Grande do Sul e para outras regiões sujeitas a eventos de mesma natureza.

A identificação de áreas de risco representa investimento fundamental para a prevenção de desastres e a redução de vulnerabilidades. Os mapeamentos em curso nos municípios mais afetados pelas enchentes, combinados com o Mapa Único do Plano Rio Grande e as tecnologias avançadas de monitoramento, criam base robusta para políticas públicas orientadas por evidências científicas.

A efetividade desses mapeamentos dependerá de sua incorporação efetiva no planejamento territorial, com aplicação rigorosa de restrições de ocupação em áreas de risco, programas adequados de reassentamento que respeitem direitos e vínculos comunitários, investimentos em infraestrutura preventiva e sistemas permanentes de monitoramento e alerta. A experiência demonstra que o custo de prevenir é infinitamente menor que o custo de reconstruir após catástrofes que poderiam ter sido evitadas ou mitigadas através de planejamento territorial adequado e informado por mapeamentos científicos de áreas de risco.

Desassoreamento, dragagem e batimetria

O acúmulo de sedimentos nos leitos dos rios gaúchos representa um duplo desafio: agrava o risco de enchentes e impede o aproveitamento do potencial hidroviário do estado. A redução da profundidade de rios e arroios compromete a capacidade de escoamento das águas, transformando eventos de chuvas intensas em catástrofes. Diante desse cenário, o desassoreamento e a dragagem emergem como medidas estruturais tanto para a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

prevenção de desastres quanto para o desenvolvimento regional, sendo coadjuvantes à recuperação de áreas de preservação permanente.

A recuperação da profundidade original dos cursos d'água através da dragagem permite que os rios voltem a comportar grandes volumes de água sem transbordar. Essa intervenção reduz significativamente o risco de enchentes em áreas urbanas e rurais, protegendo vidas, patrimônio e infraestrutura. A continuidade do Programa Estadual de Desassoreamento de Rios, com intervenções somente nos trechos em que for tecnicamente recomendável, garantiria a manutenção contínua da capacidade hidráulica dos rios.

O material retirado durante as operações de dragagem constitui insumo para a construção civil e possui valor econômico. O aproveitamento desses sedimentos pode transformar um passivo ambiental em oportunidade de negócios, gerando empregos e renda em diversas regiões do estado. É essencial facilitar a destinação adequada dos sedimentos e viabilizando sua utilização.

A elaboração de um plano de longo prazo para retomada do sistema hidroviário promoveria significativo desenvolvimento econômico nos municípios servidos. Para o segmento agrícola, especialmente para o escoamento da produção de grãos destinados à exportação, as hidrovias são fundamentais. O transporte fluvial reduz custos logísticos, diminui a pressão sobre rodovias e ferrovias, e representa uma alternativa menos poluente.

A experiência holandesa oferece valiosas lições sobre gestão de recursos hídricos e convivência com águas. A Holanda desenvolveu





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

ao longo de séculos sofisticados sistemas de controle de inundações, dragagem contínua de canais e rios, e aproveitamento econômico de hidrovias. Adaptar essas práticas à realidade gaúcha, considerando as especificidades climáticas, geográficas e econômicas do estado, pode acelerar a implementação de soluções eficazes.

O desassoreamento e a dragagem não devem ser vistos apenas como medidas emergenciais pós-desastre, mas como políticas permanentes de prevenção e desenvolvimento. A integração entre prevenção de enchentes, regularização ambiental, geração de emprego e retomada do transporte hidroviário demonstra como investimentos em infraestrutura hídrica podem gerar múltiplos benefícios. Para isso, é fundamental simplificar processos burocráticos, garantir recursos contínuos e estabelecer uma visão estratégica de longo prazo que reconheça os rios gaúchos não apenas como ameaças potenciais, mas também como ativos econômicos e logísticos a serem valorizados.

A importância do novo porto para o Rio Grande do Sul

No contexto das recentes enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul, a construção de um novo porto no Litoral Norte emerge como uma medida estratégica não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para a resiliência logística do estado diante de desastres naturais. O projeto do Porto Meridional em Arroio do Sal, defendido pelas entidades empresariais gaúchas, representa uma oportunidade de diversificação da infraestrutura portuária que pode minimizar os impactos de futuras catástrofes.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Atualmente, o Rio Grande do Sul depende praticamente de um único complexo portuário, em Rio Grande, para suas operações de exportação e importação. O Porto Meridional será implantado em formato de Terminal de Uso Privado (TUP) e está orçado em R\$ 6,5 bilhões, com capacidade para movimentar até 53 milhões de toneladas por ano. Durante as enchentes de 2024, a concentração de toda a logística portuária em uma única região demonstrou ser um ponto crítico de vulnerabilidade. Quando as vias de acesso ao Porto de Rio Grande ficaram comprometidas ou quando a própria operação portuária foi afetada, todo o escoamento da produção estadual sofreu impacto.

Há grande disparidade, por exemplo, com Santa Catarina: enquanto o estado vizinho possui sete portos distribuídos ao longo de seu litoral, o Rio Grande do Sul conta com apenas um terminal de grande porte. A Fiergs informou que a instalação de um novo porto em Arroio do Sal é importante para diversificar a oferta de estrutura logística do Rio Grande do Sul. A diversificação portuária não é apenas uma questão de competitividade econômica, mas também de segurança logística e resiliência territorial.

O novo porto no Litoral Norte gaúcho garantirá uma posição estratégica, próxima da encosta da Serra Geral, o que beneficiaria o escoamento da produção do setor metal-mecânico. A região serrana, um dos principais polos industriais do estado, seria particularmente beneficiada. A distância entre Caxias do Sul e o novo porto seria significativamente menor que até Rio Grande, reduzindo custos logísticos e tempo de transporte. Em situações de emergência, quando determinadas rotas ficam bloqueadas por enchentes, ter





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

alternativas portuárias geograficamente distribuídas permitiria a continuidade das operações comerciais.

O projeto prevê conexões estratégicas com a malha rodoviária e futura infraestrutura ferroviária. Localizado em uma área com ligação estratégica à BR-101 e infraestrutura preparada para futuras conexões ferroviárias, o porto ofereceria novas rotas de escoamento que não dependeriam exclusivamente das vias tradicionalmente utilizadas para acesso a Rio Grande. Durante as enchentes, pontes, estradas e trechos inteiros de rodovias ficaram intransitáveis por semanas. A existência de rotas alternativas, com diferentes pontos de acesso ao mar, aumentaria significativamente a resiliência do sistema logístico estadual.

É importante ressaltar que o Porto Meridional não pretende substituir ou competir diretamente com o Porto de Rio Grande ou com os portos catarinenses, mas sim complementar a infraestrutura existente. A lógica é similar à redundância em sistemas de segurança: ter múltiplos pontos de operação aumenta a capacidade total e garante continuidade operacional mesmo quando um dos terminais enfrenta dificuldades. O novo porto se insere em uma estratégia mais ampla de revitalização da logística hídrica gaúcha.

Construção de moradias

A reconstrução habitacional após as enchentes de 2023 e 2024 no Rio Grande do Sul apresenta desafios significativos que merecem análise cuidadosa quanto aos investimentos realizados, à efetividade dos programas implementados e aos impactos demográficos observados.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Considerando que milhões de pessoas foram afetadas pelas enchentes e dezenas de milhares de residências foram destruídas ou condenadas, observa-se uma desproporção entre a demanda e os recursos alocados até o momento. O Programa Compra Assistida, destinado a famílias com baixa renda que perderam suas residências, permite a aquisição de imóveis de até R\$ 200 mil em qualquer município gaúcho. Apesar da flexibilidade, o programa enfrenta obstáculos operacionais significativos:

- Escassez de oferta habitacional: burocracia, falta de imóveis disponíveis e dificuldades de comunicação são problemas que têm desanimado os beneficiários. Em municípios menores, particularmente nas regiões mais afetadas como o Vale do Taquari, a disponibilidade de imóveis dentro da faixa de preço estabelecida é extremamente limitada.

- Prazo e procedimentos: os beneficiários dispõem prazos exíguos para localizar um imóvel adequado, período frequentemente insuficiente diante da escassez de opções. Mudanças nas regras durante a execução do programa, como a exclusão de imóveis com saldo devedor, geraram impactos negativos para famílias que já haviam selecionado suas futuras residências.

- Áreas de risco: a escassez de habitações é ampliada justamente pela consideração das áreas de risco, tanto as anteriormente conhecidas, como novas áreas de risco mapeadas a partir dos eventos recentes, e que reduzem a disponibilidade de áreas urbanizáveis.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

A dificuldade em encontrar imóveis adequados nos municípios de origem tem forçado famílias a se estabelecerem em outras localidades, resultando em redistribuição populacional involuntária. O impacto das cheias resultou em êxodo de habitantes do Rio Grande do Sul. Milhares de pessoas foram forçadas a evacuar suas casas. Municípios já fragilizados economicamente pelas enchentes enfrentam agora o desafio adicional da redução populacional. Esse deslocamento compromete vínculos comunitários, relações de trabalho estabelecidas e a manutenção da base tributária local, criando um ciclo de declínio potencialmente difícil de reverter.

A situação demanda medidas de desburocratização dos processos, ampliação da oferta habitacional nos municípios mais afetados e estratégias específicas para evitar a dispersão populacional. A construção de novas unidades habitacionais, prevista para 2026, representa uma resposta de médio prazo que deixa milhares de famílias em situação provisória por período prolongado.

Soluções complementares incluem a aceleração de projetos de construção em terrenos públicos, parcerias com o setor privado para desenvolvimento habitacional emergencial e programas específicos que viabilizem a permanência das famílias em seus municípios de origem, preservando vínculos sociais e econômicos estabelecidos.

A reconstrução habitacional no Rio Grande do Sul apresenta-se como um desafio complexo que exige não apenas recursos financeiros adequados, mas também agilidade operacional, simplificação burocrática e estratégias territoriais que considerem os impactos demográficos de longo prazo. O volume de recursos investidos até o momento mostra-se insuficiente diante da magnitude





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

do desastre, e a efetividade dos programas implementados enfrenta limitações estruturais que comprometem sua capacidade de atender plenamente à demanda existente.

Nesse quesito, consideramos importante ressaltar o papel das entidades civis e filantrópicas. Diversas entidades que atuaram nas enchentes, e também na reconstrução, especialmente na construção de moradias, entre elas o Instituto Cultural Floresta, Regenera-RS, Instituto Ling e Movimento União BR. O Regenera-RS tem um fundo de R\$ 43 milhões para investir na reconstrução em quatro eixos: educação, habitação, soluções urbanas e negócios.

O Instituto Cultural Floresta arrecadou mais de R\$ 50 milhões de doações para investir em comunidades afetadas pelas enchentes. A instituição sugeriu um projeto de Lei de Incentivo à Reconstrução. Seria uma medida muito importante para captação de recursos privados e diminuição da burocracia.

Por fim, a Universidade do Vale do Taquari (Univates) está desenvolvendo o plano Diretor em sete municípios da região do Vale do Taquari, para redirecionar a localização das habitações que estejam muito próximas aos rios.

Construção e recuperação de diques

Os sistemas de proteção contra enchentes no Rio Grande do Sul, particularmente os diques e comportas, desempenharam papel central durante a enchente histórica de 2024. Os sistemas de proteção contra inundações em Porto Alegre e outras cidades gaúchas, projetados nas décadas de 1960 a 1980, careciam de manutenção, o que resultou em falhas em vários pontos e por





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

diversos motivos, como rupturas em comportas, refluxo em galerias, diques abaixo da cota de projeto e fragilização desse tipo de infraestrutura. A análise dessas falhas e as medidas adotadas para reconstrução e modernização da infraestrutura de proteção revelam tanto os desafios estruturais quanto as necessidades de investimento para adaptação às mudanças climáticas.

Grande parte da população atingida pelas enchentes na Região Metropolitana de Porto Alegre em 2024 estava em áreas protegidas por sistemas que falharam por manutenção deficiente, ampliando o impacto do desastre por conta de uma falsa sensação de segurança nessas regiões. Os investimentos para recuperação e modernização do sistema de proteção contra enchentes devem ser substanciais, aproveitando também o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Lei nº 15.143/2025), destinando recursos significativos para a região. A maior parte dos recursos, será aplicada nas intervenções dos diques, além de bacias de amortecimento e casas de bombas nos municípios de Porto Alegre e Alvorada. Adicionalmente, serão investidos recursos nas obras em diques na região da Bacia do Rio dos Sinos, beneficiando as cidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Nova Santa Rita, Rolante, Novo Hamburgo, Campo Bom, São Leopoldo, Igrejinha e Três Coroas.

Além das obras emergenciais, estão em andamento estudos para soluções de longo prazo. Há um estudo em andamento, desde julho de 2024, para elevar os diques a uma cota de sete metros de altura, seguindo a previsão do projeto original, datado da década de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

60. Esse estudo tem previsão de conclusão para 2026, embora ainda não exista data definida para o início das obras decorrentes.

A infraestrutura de proteção também requer modernização tecnológica. A principal novidade no último ano foi a instalação de geradores com quadros de transferência automática, que acionam os geradores em caso de falta de energia. Essa automação responde a uma das principais vulnerabilidades identificadas em 2024, quando a falta de energia elétrica paralisou o sistema de drenagem durante a cheia.

Os estudos técnicos recomendam que a reconstrução incorpore não apenas medidas estruturais tradicionais, mas também soluções baseadas na natureza e critérios hidrológicos atualizados. A reconstrução do estado deve incorporar critérios hidrológicos mais críticos para adaptação à mudança climática e combinar medidas estruturais e não estruturais, como reassentamento, mapeamento de riscos, infraestrutura híbrida (cinza e verde) e incorporação dos impactos climáticos no planejamento.

A construção e recuperação de diques representa um dos pilares fundamentais da estratégia de prevenção de enchentes no Rio Grande do Sul. Os investimentos anunciados, que totalizam bilhões de reais, demonstram reconhecimento da magnitude do desafio. No entanto, a efetividade dessas medidas dependerá não apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas também da capacidade de superar obstáculos operacionais, jurídicos e sociais que têm retardado a execução das obras. A modernização da infraestrutura de proteção, combinada com planejamento territorial adequado e sistemas robustos de monitoramento e alerta, será essencial para





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

aumentar a resiliência das cidades gaúchas diante de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Endividamento dos agricultores: securitização e crédito para o setor produtivo

A questão do endividamento dos produtores rurais gaúchos tornou-se crítica após sucessivas perdas causadas por eventos climáticos extremos. Desde 2020, o Rio Grande do Sul enfrentou quatro secas severas e duas grandes enchentes, acumulando prejuízos. O Projeto de Lei nº 5.122/2023, aprovado pela Câmara dos Deputados em julho de 2025, aguarda apreciação pelo Senado Federal.

O projeto autoriza o uso de recursos do Fundo Social do Pré-Sal para criar uma linha especial de financiamento destinada a produtores rurais afetados por eventos climáticos. O crédito poderá ser usado para quitar dívidas de crédito rural, empréstimos e Cédulas de Produto Rural contratados até 30/06/2025. O limite global é de R\$ 30 bilhões, com juros diferenciados e prazos de até 10 anos, podendo chegar a 15 em casos especiais. Os recursos poderão ser operados pelo BNDES, bancos e cooperativas de crédito. Também suspende cobranças e execuções das dívidas abrangidas enquanto durar o prazo de contratação.

A medida ajudará produtores a se recuperarem de perdas por secas, enchentes e outros desastres, reduzindo risco de falência e êxodo rural. O crédito facilitará renegociação de dívidas sem prejudicar o acesso a novos financiamentos. A ação busca preservar empregos, produção agrícola e segurança alimentar, além de apoiar adaptação às mudanças climáticas. Também deve trazer estabilidade





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

econômica em regiões afetadas. Por fim, o uso do Fundo Social é visto como uma forma de dar resposta rápida a calamidades, com impacto social e econômico positivo no campo.

Em setembro de 2025, o governo federal anunciou a Medida Provisória nº 1.314/2025, que abre duas frentes distintas de crédito para permitir liquidação ou amortização de dívidas rurais, com até R\$ 12 bilhões do superávit financeiro de 2024. No entanto, o setor rural considera que a medida é emergencial, voltada a garantir que o agricultor consiga plantar a próxima safra, enquanto a solução de fundo está no Projeto de Lei nº 320/2025 sobre securitização.

A demora na implementação efetiva das medidas gerou mobilizações no interior gaúcho. Centenas de tratores bloquearam estradas em cerca de 30 localidades do estado em junho de 2025, em movimento chamado "Tratoração". As manifestações foram articuladas pela Famurs, Fetag-RS e Farsul, entidades representativas dos produtores rurais.

Os produtores enfrentam dificuldades para acessar novas linhas de crédito devido ao endividamento acumulado. A adesão ao programa de securitização não gera impedimento para novas operações de crédito e não pode causar negativação do produtor, dispositivo essencial para garantir a continuidade operacional das propriedades rurais. A inadimplência dos produtores gaúchos é a menor do Brasil, demonstrando a disposição dos agricultores em honrar seus compromissos quando as condições permitem.

A securitização representa potencial solução estrutural para o endividamento acumulado, mas sua efetividade dependerá da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

aprovação final no Congresso, da sanção presidencial e, principalmente, da efetiva liberação dos recursos pelo governo federal. A expectativa do setor é que o programa entre em operação ainda em 2025, permitindo que os produtores gaúchos reorganizem suas finanças e retomem a plena capacidade produtiva.

Proteção e Defesa Civil

A atuação da Defesa Civil no Rio Grande do Sul durante as enchentes de 2024 evidenciou tanto a importância estratégica desse órgão quanto as fragilidades históricas de sua estrutura e sistemas. As experiências vivenciadas impulsionaram investimentos significativos para o aparelhamento das defesas civis em todos os níveis governamentais, com foco particular em sistemas de previsão, monitoramento e alerta precoce.

A fragilidade dos sistemas de monitoramento foi identificada como ponto crítico durante as enchentes de 2024. Durante as enchentes de 2024, um dos pontos sensíveis encontrados foi a fragilidade dos mecanismos de monitoramento e alerta dos níveis de rios e lagos, o que foi agravado pelo fato de que diversas estações de monitoramento terem sido arrastadas pelas águas.

É preciso repor e ampliar a rede de estações hidrológicas e 17 hidrometeorológicas, que também medem velocidade e direção do vento, umidade, pressão atmosférica e temperatura. As novas estações de alta performance operam na modalidade *nowcasting* de missão crítica, com atualização de dados a cada 15 segundos. Equipadas com sensores para medição do nível dos rios e do volume de chuva, além de câmeras para acompanhamento visual em tempo real, essas unidades contam com transmissão via rede 4G/5G e redundância por satélite, garantindo a continuidade do funcionamento mesmo em situações adversas.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Outra necessidade, também dependente de recursos orçamentários, é a aquisição de novos radares meteorológicos, que promoverá maior precisão no monitoramento de eventos climáticos.

Os investimentos anunciados, que somam centenas de milhões de reais nos três níveis de governo, precisarão ser mantidos e ampliados de forma permanente. A efetividade dessas medidas dependerá não apenas da conclusão das obras e instalação dos equipamentos, mas também da capacitação continuada de servidores, da integração entre diferentes níveis de governo e do desenvolvimento de uma cultura de prevenção que envolva ativamente a população na preparação para desastres.

CONSIDERAÇÕES PARA ATUAÇÃO EM 2026

Existe consenso entre os deputados sobre a necessidade de a Comissão Externa integrar esforços com diferentes órgãos governamentais, transcendendo as questões específicas do Rio Caí. O objetivo é enfrentar problemas estruturais que persistem devido à falta de coordenação institucional entre as esferas de governo. Uma reunião ampliada da Comissão poderá ser realizada tanto no Rio Grande do Sul quanto em Brasília, envolvendo representantes dos governos federal, estadual e municipal, além de órgãos técnicos especializados.

É necessário resgatar a lógica das "microbacias" tradicionalmente utilizada no interior do Rio Grande do Sul, conceito que orientou políticas bem-sucedidas de desenvolvimento rural e conservação ambiental em décadas passadas. Esse modelo reconhece que políticas eficazes de drenagem, manejo do solo e prevenção de enchentes dependem fundamentalmente de uma visão sistêmica que considere a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão territorial, orientando ações locais para proteção de cada área de captação hídrica.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

A abordagem por bacias hidrográficas pressupõe que intervenções em qualquer ponto do sistema afetam todo o conjunto a jusante. Práticas inadequadas de uso do solo nas cabeceiras dos rios, desmatamento de matas ciliares, impermeabilização excessiva do solo urbano ou assoreamento de canais em áreas específicas têm repercussões que se acumulam ao longo de toda a bacia, intensificando problemas de inundação nas áreas mais baixas.

A Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba constitui sistema complexo composto por diversas sub-bacias importantes (Jacuí, Rio Pardo, Vacacaí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí, entre outras), cada uma com características geomorfológicas, padrões de ocupação e vulnerabilidades específicas. A gestão eficaz exige análise e planejamento integrados que considerem a interconexão entre esses diferentes sistemas hídricos, suas áreas de contribuição, os tempos de concentração das águas e os efeitos cumulativos de eventos climáticos sobre o conjunto da bacia.

Essa perspectiva implica que soluções isoladas, implementadas município por município ou trecho por trecho, tendem a ser insuficientes ou até contraproducentes. Por exemplo, obras de proteção que simplesmente aceleram o escoamento em determinado município podem agravar enchentes a jusante. Da mesma forma, o desassoreamento de um rio sem controle da erosão a montante representa solução temporária que logo será comprometida por novo acúmulo de sedimentos.

A implementação dessa abordagem integrada requer fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, instrumentos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos. Também exige superação de lógicas político-administrativas fragmentadas, nas quais cada município ou secretaria de estado prioriza apenas seus interesses imediatos, sem considerar impactos sobre áreas vizinhas ou sobre o sistema hídrico como um todo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Esta Comissão reconhece que o Poder Público, em suas diversas esferas e ao longo de sucessivas gestões, negligenciou sistematicamente ações de prevenção e manutenção da infraestrutura de proteção contra enchentes. Essa omissão histórica não se refere apenas à falta de investimentos financeiros, mas também à ausência de planejamento de longo prazo, à descontinuidade administrativa que interrompe programas importantes a cada mudança de governo, e à priorização de obras visíveis e inauguráveis em detrimento de ações preventivas menos espetaculares.

O reconhecimento inclui a constatação de que sistemas de proteção projetados nas décadas de 1960 a 1980 não receberam as manutenções necessárias ao longo dos anos, ficando obsoletos e vulneráveis. Comportas emperradas, diques com alturas insuficientes, casas de bombas sem manutenção adequada, estações de monitoramento desativadas e sistemas de alerta precários são manifestações concretas dessa negligência acumulada.

O poder público permitiu, por décadas, a ocupação irregular de áreas de risco, seja por falta de fiscalização efetiva, seja por ausência de alternativas habitacionais para populações vulneráveis, seja por pressões políticas e econômicas que flexibilizaram normas de uso do solo. O resultado dessa omissão é que milhares de famílias construíram suas vidas em áreas naturalmente sujeitas a inundações, criando passivo social complexo que não pode ser resolvido apenas com remoções forçadas.

A ausência de políticas consistentes de conservação do solo, recuperação de matas ciliares e controle de erosão nas áreas rurais também foi reconhecida como omissão significativa. Durante décadas, o poder público não ofereceu incentivos adequados nem fiscalização efetiva para que proprietários rurais adotassem práticas conservacionistas, resultando na degradação progressiva de áreas de preservação permanente e no agravamento do assoreamento dos rios.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

A Comissão não pode reproduzir essa omissão histórica. Ao contrário, deve atuar de forma proativa, sistemática e persistente na proposição e acompanhamento de medidas efetivas de prevenção e mitigação de desastres. Isso implica compromisso com a continuidade das ações independentemente de calendários eleitorais, com a fiscalização rigorosa da execução orçamentária e física das obras aprovadas, e com a resistência a pressões que visem flexibilizar normas de proteção ambiental e ocupação de áreas de risco.

É necessário construir mecanismos institucionais que garantam a continuidade das políticas de prevenção ao longo do tempo, blindando-as contra descontinuidades administrativas e contra a tendência natural de governos priorizarem investimentos em obras novas em detrimento da manutenção e operação de sistemas existentes.

O espírito predominante em todos os eventos da Comissão foi o de mobilizar municípios, comitês de bacia hidrográfica e órgãos públicos para planejar ações de curto, médio e longo prazo, com ênfase em soluções concretas e implementáveis. Esse compromisso representa mudança de abordagem em relação a práticas parlamentares tradicionais, que frequentemente se limitam a declarações de princípios ou proposições genéricas sem mecanismos efetivos de implementação.

A participação regional é entendida como elemento essencial para o sucesso das políticas de prevenção. Os municípios, por estarem mais próximos das realidades locais, possuem conhecimento detalhado sobre pontos críticos, vulnerabilidades específicas e dinâmicas territoriais que muitas vezes escapam ao planejamento centralizado. Os comitês de bacia hidrográfica, por sua vez, reúnem representantes de diferentes setores (poder público, usuários de água, sociedade civil) e podem articular interesses diversos em torno de objetivos comuns de proteção dos recursos hídricos.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

A Comissão reiterou sua responsabilidade institucional de funcionar como articuladora entre esses diversos atores, criando espaços de diálogo onde prefeitos, técnicos municipais, especialistas universitários, representantes de órgãos estaduais e federais, lideranças comunitárias e setores produtivos possam contribuir com suas perspectivas e conhecimentos específicos.

O compromisso com soluções práticas implica que a Comissão deve ir além da produção de relatórios e recomendações genéricas. É necessário identificar projetos específicos, com orçamentos definidos, cronogramas realistas e responsáveis claramente designados. A Comissão assume o papel de cobrar sistematicamente a execução dessas medidas, acompanhando indicadores de progresso, identificando obstáculos e pressionando para sua superação.

ANEXOS

Projetos de Lei apresentados pelos Membros da Comissão e Considerados Prioritários

Os membros da Comissão também apresentaram uma série de projetos de lei para auxiliar o estado do Rio Grande do Sul, bem como a população atingida pelas enchentes nos anos de 2023 e 2024.

A seguir, apresenta-se a lista (Tabela 2) dos projetos considerados prioritários pelos parlamentares para apreciação desta Casa.

Tabela 2. Lista dos projetos de lei considerados prioritários pelos parlamentares para apreciação desta Casa.

Proposição	Autor	Ementa
PLP 166/2024	Deputada Any Ortiz	Dispõe sobre a reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Proposição	Autor	Ementa
		optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), instituído pela Lei Complementar n. 162, de 6 de abril de 2018, e dá outras providências.
PL 2493/2024	Deputada Any Ortiz	Dispõe sobre a reabertura do prazo de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), instituído pela Lei no 13.496, de 24 de outubro de 2017, destinado às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado afetadas por calamidade pública de âmbito nacional, na forma do art. 49, inciso XVIII, da Constituição Federal, e dá outras providências.
PLP 109/2024	Deputado Covatti Filho	Dispõe sobre medidas fiscais emergenciais e temporárias destinadas aos contribuintes do Simples Nacional localizados nos municípios abrangidos pelo estado de calamidade pública ou situação de emergência ocorridos no território gaúcho, reconhecido pelo Decreto Estadual nº 57.603, de 5 de maio de 2024, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul; institui o Programa de Recuperação e Amparo às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Rio Grande do Sul (Pramep-RS); e dá outras providências.
PL 2265/2024	Deputado Covatti Filho	Dispõe sobre medidas fiscais emergenciais e temporárias destinadas aos contribuintes localizados nos municípios abrangidos pelo estado de calamidade pública ou pela situação de emergência ocorridos no território gaúcho, reconhecidos pelo Decreto Estadual nº 57.603, de 5 de maio de 2024, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul; institui o Programa de Recuperação e Amparo ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (Prade-RS); e altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.
PL 2044/2024	Deputada Denise Pessoa	Dispõe sobre o provimento de renda mínima emergencial para os guias turísticos visando atenuar os efeitos no setor de turismo decorrentes da catástrofe climática no Rio Grande do Sul.
PL 2150/2024	Deputada Denise Pessoa	Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para permitir a movimentação do saldo disponível na conta vinculada do FGTS pelo empregado dispensado sem justa causa, residente em região submetida a desastre natural, optante da sistemática de saque-aniversário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Proposição	Autor	Ementa
PLP 76/2024	Deputado Heitor Schuch	Assegura a manutenção no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), no prazo que especifica, dos optantes desse regime tributário que desenvolvam suas atividades em áreas afetadas por desastres ambientais ou eventos climáticos extremos, reconhecida a situação de calamidade pública pelo Poder Executivo Federal.
PL 2424/2024 (Aguardando apreciação pelo Senado Federal)	Deputado Heitor Schuch	Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o planejamento e a gestão de riscos em eventos climáticos na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e no Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.
PL 2557/2024	Deputado Heitor Schuch	Altera a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, a fim de estabelecer linha de financiamento dedicada à prevenção, à preparação, à resposta e à recuperação de desastres climáticos.
PL 3202/2023 (Aguardando apreciação pelo Senado Federal)	Deputada Fernanda Melchionna	Dispõe acerca da isenção, por seis meses, do pagamento das tarifas de energia elétrica e de serviços de saneamento básico, concedida a usuários diretamente atingidos por desastres.
PL 1896/2024	Deputada Fernanda Melchionna e outros	Institui auxílio emergencial aos micro e pequenos empreendedores da área da cultura do Rio Grande do Sul.
PLP 78/2024	Deputado Pompeo de Mattos	Estabelece auxílio financeiro da União ao Estado do Rio Grande do Sul e aos seus Municípios para compensar as perdas de arrecadação decorrentes dos efeitos das graves enchentes que atingiram o estado; dispõe sobre a aplicação da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e dá outras providências.
PL 1598/2024	Deputado Pompeo de Mattos	Altera a Lei nº 10.260, de 12 de junho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino e dá outras providências, para dispensar os estudantes beneficiários do FIES residentes no Estado do Rio Grande do Sul do pagamento das amortizações dos financiamentos e dos encargos operacionais enquanto perdurar o estado de calamidade pública decretado naquele





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Proposição	Autor	Ementa
		estado.
PL 1614/2024	Deputado Pompeo de Mattos	Cria a Zona Franca da Reconstrução no Rio Grande do Sul (ZFRS), localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinada a promover a reconstrução e desenvolvimento econômico nas áreas afetadas pelas enchentes ocorridas no ano de 2024.
PL 2043/2024	Deputado Pompeo de Mattos	Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Desastres Naturais (PNADN); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Desastres Naturais (PADN); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Desastres Naturais (PDPADN); e dá outras providências.
PL 2045/2024	Deputado Pompeo de Mattos.	Institui o Programa de Recuperação e Preservação dos Rios do Rio Grande do Sul (ProReP-RS), destinado à revitalização, desassoreamento e recuperação dos rios afetados pelas enchentes ocorridas entre abril e maio de 2024.
PL 1994/2024	Deputado Sanderson	Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para tipificar como crime a omissão ou ação de agentes públicos que permitam a construção ou ocupação de habitações em áreas de risco.
PL 2001/2024	Deputado Sanderson	Autoriza a concessão imediata de licença para extração de areia e cascalho dos leitos de rios que compõe as bacias hidrográficas do Rio Grande do Sul, desde que executado por empresa especializada e com o intuito de prevenção de inundações.

Por fim, a Comissão Externa destinada a apurar e acompanhar os danos pelas enchentes de 2023 e 2024, que atingiram o estado do Rio Grande do Sul continuará seus trabalhos em 2026 com o objetivo de auxiliar a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul e diminuir o sofrimento da população local.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Requerimentos Aprovados

Proposição	Assunto
REQ 1/2024	Requer a realização de audiência pública sobre a avaliação dos impactos e danos causados pelas enchentes que ocorreram no ano de 2023, no estado do Rio Grande do Sul.
REQ 1/2025	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de analisar experiências internacionais na prevenção, resposta e reconstrução diante de desastres naturais e discutir a necessidade de aperfeiçoamento da legislação brasileira a partir dessas referências.
REQ 2/2024	Requer a realização de Visita Técnica dos membros da Comissão Externa, ao estado do Rio Grande do Sul para visitar as sedes do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e Equatorial Energia – CEEE para tratar das consequências das fortes chuvas que atingiram a Região Metropolitana de Porto Alegre/RS nas primeiras semanas de janeiro de 2024.
REQ 2/2025	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de, no contexto das enchentes de 2023 e 2024 no Rio Grande do Sul, explorar soluções tecnológicas voltadas à prevenção e ao enfrentamento de desastres naturais.
REQ 3/2024	Requer a realização de Audiência Pública para tratar da retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023.
REQ 3/2025	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater medidas de concessão de crédito, inclusive microcrédito, voltadas à recuperação de atividades econômicas de quaisquer ordens no estado do Rio Grande do Sul após as enchentes de 2023 e 2024.
REQ 4/2024	Requer a realização de Visita Técnica da Comissão Externa dos Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul nas embaixadas do Reino dos Países Baixos e Japão.
REQ 4/2025	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de ouvir representantes de entidades privadas e grupos da sociedade civil que atuaram diretamente no enfrentamento da crise humanitária provocada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024.
REQ 5/2024	Requer a realização de Visita Técnica da Comissão Externa aos abrigos que atualmente acolhem os desabrigados pelo maior desastre natural que afetou o Rio Grande do Sul.
REQ 5/2025	Requer envio de ofício ao Presidente do Senado Federal a fim de que se dê prosseguimento à tramitação da Proposta de Emenda à Constituição n. 44, de 14 de setembro de 2023.
REQ 6/2024	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de ouvir





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

	representantes do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul e dos municípios que decretaram estado de calamidade pública em decorrência das enchentes que afetaram o estado.
REQ 6/2025	Requer a realização de seminário em Porto Alegre/RS, no âmbito da Comissão Externa sobre os Danos Causados pelas Enchentes no Rio Grande do Sul com o objetivo de ouvir representantes de entidades privadas e grupos da sociedade civil que atuaram diretamente no enfrentamento da crise humanitária provocada pelas fortes chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul em 2024, e que continuam engajadas em ações que visam a reconstrução econômico-social do estado.
REQ 7/2024	Requer a realização de Audiência Pública para tratar da retomada das atividades econômicas e reconstrução dos municípios gaúchos afetados pelas severas enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul em setembro de 2023 e 2024.
REQ 8/2024	Requer a realização de audiência pública sobre a avaliação dos impactos e danos causados pelas enchentes que ocorreram nos anos de 2023 e 2024, no estado do Rio Grande do Sul.
REQ 9/2024	Requer a realização de visitas técnicas da Comissão Externa nas áreas diretamente atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.
REQ 10/2024	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a infraestrutura dos aeroportos localizados no estado do Rio Grande do Sul.
REQ 11/2024	Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a retomada das atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho localizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
REQ 12/2024	Solicitamos a realização de audiência pública para debater a utilização de recursos a fundo perdido aos municípios em estado de calamidade e emergência no estado do Rio Grande do Sul.
REQ 13/2024	Solicitamos a realização de audiência pública com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Sr. Luiz Marinho, para que preste esclarecimentos sobre possível reedição de Medida Provisória utilizada na época da pandemia da COVID-19, relacionada à flexibilização da legislação trabalhista.
REQ 14/2024	Solicitamos a realização de audiência pública para debater as técnicas de desassoreamento e dragagem dos rios do estado do Rio Grande do Sul.
REQ 15/2024	Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater acerca da concessão de crédito rural aos produtores no Rio Grande do Sul em virtude das enchentes que assolaram o estado durante o mês de maio de 2024.
REQ 16/2024	Requer informações ao Sr. Jader Barbalho Filho, Ministro das Cidades, a respeito da entrega das moradias para a população afetada pelas





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

	enchentes no Rio Grande do Sul.
REQ 17/2024	Solicitamos a realização de audiência pública com o objetivo de debater sobre a reconstrução de moradias no Vale do Taquari, uma das regiões mais severamente atingidas pelas enchentes ocorridas em maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul.
REQ 18/2024	Solicitamos a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reconstrução da infraestrutura gaúcha no Vale do Taquari, uma das regiões mais severamente atingidas pelas enchentes ocorridas em maio de 2024 no Estado do Rio Grande do Sul.

FONTES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA).

As enchentes no Rio Grande do Sul: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente. Brasília, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>

de Oliveira Andrades-Filho, C., Mexias, L. F. S., Quevedo, R. P., Herrmann, P. B., de Oliveira, G. G., Cremon, É. H., ... & Giacom, B.

The biggest landslide event in Brazil: preliminary analysis of the Rio Grande do Sul mega disaster in May 2024. *Landslides*, 22(11), 3615-3624. 2025

Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s10346-025-02587-8.pdf>

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO; CEPAL; BANCO MUNDIAL.

Avaliação dos efeitos e impactos das inundações no Rio Grande do Sul. Brasília, 2024.

Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/avaliacao-dos-efeitos-e-impactos-das-inundacoes-no-rio-grande-do-sul>

CEMADEN – Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.

Nota Técnica nº 469/2024 – Mapeamento das manchas de inundação e enxurradas do desastre de abril–maio de 2024. Brasília, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/cemaden/pt-br/assuntos/monitoramento/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-469-2024-sei-cemaden-mapeamento-das-manchas-de-inundacoes-e-enxurradas-do-desastre-ocorrido-no-rio-grande-do-sul-em-abril-maio-2024>

CPRM/SGB – Serviço Geológico do Brasil.

Nota Técnica – Levantamento das Cheias 2024 (v.2, v.3, v.8). Porto Alegre, 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

Disponível em:

v.2 —

https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/24939.4/3/nota_tecnica_levantamento_cheias_2024_rs_versao%202.pdf

v.3 —

https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/bitstream/doc/24939.5/3/nota_tecnica_levantamento_cheia_2024_v.3.pdf

v.8 — [https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/24939.10/6/2024-11-](https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/24939.10/6/2024-11-04_notatecnica_levantamento_cheia_2024_v.8.pdf)

[04_notatecnica_levantamento_cheia_2024_v.8.pdf](https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/24939.10/6/2024-11-04_notatecnica_levantamento_cheia_2024_v.8.pdf)

GOVERNO DO RS – DEE/SEPLAN.

Relatório: Impactos socioeconômicos dos eventos climáticos extremos de 2024 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2025.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202504/29093707-relatorio-dee-impactos-socioeconomicos-dos-eventos-climaticos-extremos-de-2024-no-rio-grande-do-sul-uma-analise-apos-um-ano-do-desastre-1.pdf>

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia.

Inundação histórica no Rio Grande do Sul: balanço um ano após o evento. Brasília, 2024.

Disponível em: <https://portal.inmet.gov.br/noticias/inundacao-historica-no-rio-grande-do-sul-completa-um-ano>

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Relatório técnico sobre o evento meteorológico extremo no RS (abr–mai/2024). São José dos Campos, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/relatorio-do-inpe-explica-evento-meteorologico-que-causou-a-tragedia-no-rs/chuvas-rio-grande-do-sul.pdf>

IPH/UFRGS – Instituto de Pesquisas Hidráulicas.

Critérios de adaptação às mudanças climáticas – Chuvas e cheias extremas no sul do Brasil (2024).

Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/iph/wp-content/uploads/2024/05/CriteriosAdaptacaoMudancaClimaticaChuvasCheiasExtremasSul.pdf>

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Notas Técnicas CGDTI nº 01 e nº 02 – População atingida e impactos domiciliares nas enchentes de 2024. Brasília, 2024.

Disponível em:

NT 01 —

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14186/1/NT_CGDTI_01_Publicacao_Expressa.pdf

NT 02 —

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/14337/4/NT_02_CGDTI_Uma_Estimativa.pdf

SEAPI / EMATER-RS / COPAAERGS.

Boletim Agrometeorológico Extraordinário – Maio de 2024. Porto Alegre, 2024.

Disponível em:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Pompeo de

Mattos

<https://www.agricultura.rs.gov.br/upload/arquivos/202405/31084753-boletim-copaaergs-extraordinario-maio-2024-final.pdf>

2025_22657

